



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA
A atuação da ABI : ontem e hoje

Marta dos Santos Valim

Rio de Janeiro/RJ

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA
A atuação da ABI : ontem e hoje

Marta dos Santos Valim

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo.

Orientador(a): Prof.^a Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro/RJ

2008

CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

A atuação da ABI : ontem e hoje

Marta dos Santos Valim

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo.

Aprovado por

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Goulart Ribeiro (Orientadora)

Prof.^a. Dr.^a Isabel Siqueira Travancas

Prof. Dr. Micael Maiolino Herschmann

Aprovada em:

Grau:

Rio de Janeiro/RJ

2008

VALIM, Marta dos Santos.

CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA A atuação da ABI: ontem e hoje/Marta dos Santos Valim – Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2008.

Número de folhas: 48

Monografia (graduação em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2008.

Orientação: Ana Paula Goulart Ribeiro

1. Associação Brasileira de Imprensa I. 2. jornalismo. 3.censura. I. GOULART, Ana Paula. II. ECO/UFRJ III. Jornalismo IV. CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA A atuação da ABI: ontem e hoje

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às quatro pessoas a quem também dedico meus maiores e mais sinceros sentimentos: meus pais, Maria da Conceição e Moacyr Valim e Suellen e Laura Viera.

AGRADECIMENTO

A todos que torceram por mim e me apoiaram nos momentos de dificuldade.

Aos que acharam que, sim, ia dar tempo.

Aos que sentiram saudades.

A Deus, a minha família e amigos.

Em especial, ao meu tio Aurélio Campos, que me ajudou a continuar na faculdade.

À professora Isabel Travancas. À orientadora Ana Paula Goulart.

Aos associados da ABI: Zilda Ferreira, Oswaldo Leitão e Cecília Costa.

A Igor Waltz, pelos contatos.

A Marcelo Rodrigues, pela preocupação a distância.

À Teresa Silva, pelo abrigo.

Aos amigos: Naira de Paula, Fabíola Bezerra e João Noé, pelo incentivo e ao querido tradutor Frederico Franz.

Muito obrigada.

“De todas as liberdades, a do pensamento é a maior e a mais alta. Dela decorrem todas as demais.”

(Ruy Barbosa)

VALIM, Marta dos Santos. CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA: a atuação da ABI: ontem e hoje. Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro/2008. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 48f.

RESUMO

Neste ano de 2008 aconteceu a comemoração de dois grandes marcos na história do jornalismo brasileiro: 200 anos da própria imprensa e o da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Há cem anos, a ABI foi fundada para defender o exercício profissional do jornalista, promover o auxílio mútuo da classe, além de trazer o aperfeiçoamento cultural dos participantes. Hoje, a profissão é regulamentada, com necessidade de diploma universitário para exercê-la; existe uma Lei de Imprensa e os jornais gozam de relativa liberdade. Este trabalho tem por objetivo contar um pouco desse século de história, mostrando através de exemplos recentes como a instituição se mantém atuante e o que ela reivindica em relação à formação dos novos profissionais e à defesa da liberdade de expressão jornalística.

VALIM, Marta dos Santos. **How ABI works: Now and before.** Advisor: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro/2008. (Monograph – Journalism) Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 48 p. Final paper.

ABSTRACT

The year of 2008 was special for the brazilian journalism. Two great celebrations took place in this year: The press itself completed two centuries of history and the Associação Brasileira de Imprensa, ABI, (Brazilian Press Association) completed one. A hundred years ago, ABI was founded to defend journalism as a professional career, to promote mutual class assistance and to bring cultural improvement of the participants. Nowadays, the career is legal, a college degree is necessary to work as a journalist, there are laws to regulate the activity and newspapers can work in a environment of some freedom. This research aims to tell part of this century of history. Through recent examples we want to show how the institution kept itself active, what ABI claims for the new professional's training and how it fights to maintain the freedom of speech.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. A ABI DE ONTEM.....	6
2.1 A CRIAÇÃO E OS PRIMEIROS ANOS.....	6
2.2 A CASA DOS JORNALISTAS QUER CASA.....	10
3. A ABI DE HOJE: DE UM CENTENÁRIO A OUTRO.....	22
3.1 BARBOSA LIMA: QUASE TRÊS SÉCULOS PELO BRASIL.....	22
3.2 NOVOS TEMPOS.....	27
3.3 FUNCIONAMENTO DA ABI.....	28
3.4 CEM ANOS DE LUTA PELAS VÍRGULAS.....	32
4. ANOS 2000: ABI PRESENTE.....	36
4.1 TIM, NUNCA MAIS.....	39
4.2 TORTURA	40
4.3 AÇÕES DA FÉ.....	41
4.4 IMPRENSA SEM LEI.....	42
4.5 CONSELHO DE CLASSE.....	43
4.6 A FORMAÇÃO DOS FORMADORES.....	43
5. CONCLUSÃO.....	46

1 INTRODUÇÃO

Neste ano de 2008 aconteceu a comemoração de dois grandes marcos na história do jornalismo: o centenário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e os 200 anos da própria imprensa no Brasil.

A ABI está, portanto, presente em metade da história da imprensa nacional. Foi fundada em 1908 por Gustavo de Lacerda, com objetivo de defender o exercício profissional do jornalista, promover o auxílio mútuo da classe, além de trazer o aperfeiçoamento cultural dos participantes.

Nessa época, os grandes nomes da imprensa encaravam o jornalismo como uma segunda ocupação, eram políticos, padres, comerciantes, literatos, entre outros, que utilizavam os jornais para propagar suas idéias políticas ou divulgar seus trabalhos artísticos. Os profissionais recebiam vales a juros altos ou salários baixos. Havia ainda o risco de destruição das redações e oficinas (empastelamento), por meios violentos e constantes ameaças de prisão e agressões.

Hoje, passado um século, o jornalismo é uma profissão regulamentada, com necessidade de diploma universitário para exercê-la. Temos ainda uma Lei de Imprensa, muitas vezes questionada, mas os jornais gozam de amplas liberdades. Sendo assim, qual o papel da ABI hoje? Como a Associação se mantém atuante? Quais são suas atuais reivindicações? Como e se a censura, tão marcante em alguns períodos da história brasileira, como no governo Vargas e na ditadura militar, se faz presente hoje?

Além dos citados marcos, neste ano de 2008, faz 40 anos desde o emblemático ano de 1968 quando, em todo o mundo floresceram movimentos pela liberdade e democracia: feminismo, barricadas na França, protestos contra a Guerra do Vietnã, Primavera de Praga. Enquanto isso, no Brasil, era decretado o Ato Institucional Nº 5, que fechou o Congresso, cassou mandatos parlamentares e estabeleceu a censura prévia, entre outros. Nesse contexto, como se deu a atuação da ABI na luta pela liberdade de imprensa e pelas liberdades públicas?

Num momento marcado por tantos simbolismos da história brasileira e mundial, estudar a atuação de um órgão que represente a classe e defenda a liberdade de expressão jornalística é refletir sobre o papel do próprio jornalismo na defesa dessas garantias e vislumbrar os desafios que aguardam os futuros profissionais no próximo centenário da Instituição.

Ao responder essas perguntas ou procurar caminhos para compreender essas indagações, acredito que poderei chegar a uma idéia geral sobre as barreiras que o jornalismo

enfrenta hoje, em relação à liberdade de imprensa, bem como a necessidade de organização da sociedade civil em entidades que a representem. Além disso, poderei refletir sobre a atuação dos jornalistas na luta por seus direitos, tanto em associação como na ABI, quanto independente ou ligada a outras instituições representantes.

Neste trabalho contarei o desenvolvimento da Associação e algumas de suas lutas ao longo de cem anos. Optei por não escolher um ponto específico da história brasileira ou da Associação para que o leitor possa acompanhar o crescimento da instituição e comparar as ações tomadas por ela em diferentes épocas.

Ao abordar desde a fundação até a atuação da ABI no tempo presente, procurei não me ater unicamente a questões sucessórias ou ao funcionamento interno da ABI. A melhor forma de mostrar a atuação de uma instituição centenária é contar os fatos históricos e a intervenção da mesma em cada um desses momentos, além das declarações dos personagens que os viveram em diferentes graus de envolvimento. Busco inseri-la nos diversos contextos que marcaram os séculos XX e XXI, destacando as principais ações dos 19 presidentes que passaram pela casa.

O estudo se baseia na consulta de teses; livros que contêm a trajetória individual de membros da Associação, ou da ABI, como um todo; entrevistas recentes ou concedidas pelos membros da instituição a veículos de comunicação, além de consultas aos próprios veículos. Em alguns momentos, a principal fonte de consulta foram os veículos impressos ou arquivos disponibilizados na internet em virtude da comemoração do centenário da Instituição.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro deles mostra o nascimento da instituição, partindo da idéia de Gustavo Lacerda, as constantes mudanças de sede, o pequeno reconhecimento dado à associação que surgia. Estão presentes nesse capítulo a passagem pela ABI dos presidentes Francisco Souto, Dunshee de Abranches, Belisário de Sousa, Raul Pederneiras, João Guedes Mello, Dario de Mendonça, Barbosa Lima Sobrinho (que mais tarde iria ocupar a presidência por quase 20 anos consecutivos) Gabriel Bernardes, Manuel Paulo Teles de Matos Filho, Alfredo da Silva Neves e finalmente Hebert Moses.

Hebert Moses foi o presidente que conseguiu com que um prédio fosse construído, no terreno doado na região do antigo Morro do Castelo, para sediar a instituição. Moses estreitou relações com o presidente Getúlio Vargas, o que despertou divergências internas, já que o governo Vargas foi marcado pela censura aos meios de comunicação, repressão, prisão de profissionais e destruição de jornais como o Diário Carioca, em 1932.

Dali em diante a sede da Associação Brasileira de Imprensa passava a ser a Rua Araújo Porto Alegre, 71. Em 1984, o prédio, um dos primeiros com estilo moderno a ser construído adotando elementos da arquitetura pregada por Le Corbusie, seria tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Moses ficou na presidência da Casa por 33 anos. Quando deixou a Associação o Brasil tinha passado de uma ditadura à outra. O golpe militar de 1964 fez com que a ABI perdesse força, pois nem sempre suas ações puderam impedir torturas, prisões e mortes de jornalistas. O período foi negativamente marcado pela morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975.

A ABI tornou-se mais atuante quando começou o período da chamada “distensão” política, o que não indicava que o pior já tinha passado. Em 1976, a Associação sofreu um atentado à bomba, que destruiu um terço do sétimo andar e danificou outros dois. Um ano depois a ABI participou da Missão Portella, quando a Associação entregou ao presidente do Senado, Petrônio Portela, um documento reivindicando liberdades públicas, de imprensa e respeito aos direitos humanos.

Em 1978, assumiu a presidência uma das personalidades mais conhecidas da Associação, o escritor, político e jornalista Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Barbosa Lima viveu até 103 anos. Na presidência comemorou de seus 81 a seus 101 anos. Durante essa longa gestão, Lima participou da luta pela abertura política, eleições diretas, anistia, liberdade de imprensa e do pedido de impeachment do Presidente da República Fernando Collor de Melo, em 1992.

O segundo capítulo do trabalho vai do retorno desse senhor centenário à comemoração dos cem anos da ABI, quando já estava no comando o presidente Maurício Azêdo. Barbosa Lima foi substituído por Fernando Segismundo, o único ex-presidente ainda vivo, que foi reeleito até 2004. Segismundo entregou o posto a Maurício Azêdo, atual presidente, eleito para mandato até 2010.

Os cem anos da Casa do Jornalista foram celebrados em diversos lugares do país, com festas, debates e reflexões sobre a imprensa. Para divulgar os cem anos, a Associação lançou campanha cujo slogan é: “ABI: 100 anos lutando para que ninguém mude uma vírgula da sua informação”.

No terceiro e última parte do trabalho, são exemplificados casos recentes em que a própria mídia discutiu sua atuação ou teve sua liberdade de expressão limitada, seja por questões legais, por abuso de poder ou por quadros de violência que atingem não só os profissionais, mas também toda a sociedade.

O interesse pela realização desse trabalho surgiu através de uma pesquisa anterior, iniciada em 2006, mas não concluída, a respeito do jornalista e senador Danton Jobim, que foi presidente da Casa do Jornalista de 1966 a 1972 e em 1978, além do interesse pessoal da autora por história da imprensa. O centenário da Associação Brasileira, que fez com que a entidade ganhasse destaque na mídia, reacendeu a curiosidade pelas pesquisas nessa área.

Nessa época, muito foi falado sobre os cem anos da Associação, mas muito pouco foi mostrado sobre a sua história. Alguns fatos foram repetidos exaustivamente, como se fossem únicos. As homenagens prestadas não citaram casos recentes da atuação da ABI, o que gerou o questionamento a respeito do papel da Associação na atualidade.

Antes de iniciar as consultas a fontes bibliográficas, realizei breve pesquisa, por e-mail, com cerca de cem estudantes de jornalismo da Universidade de São Paulo (USP), do Curso Intensivo de Jornalismo do jornal *O Estado de S. Paulo* e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e profissionais já atuantes, de diversos veículos (*TV Globo*, *O Globo* e *O Dia*) e assessorias de imprensa, com quem tenho contato pessoal.

Apenas oito pessoas responderam à pesquisa, formada por duas perguntas: “Qual o papel da ABI hoje?” e “Cite dois casos em que a atuação da ABI foi fundamental ao longo da história”. As oito respostas, apesar de não poderem representar o pensamento da totalidade dos jornalistas (formados ou não), levantaram questões curiosas que podem render, além deste, outros estudos.

Das oito pessoas, quatro arriscaram palpites sobre a primeira pergunta. Estes variaram entre: representar o jornalista e manter viva sua história, cuidar da ética jornalística, permitir o acesso da população aos direitos democráticos e até a inusitada resposta de que a ABI é o “grilo falante”, do desenho animado da Disney, que representa a consciência. Duas pessoas responderam com convicção, citando a defesa da liberdade de imprensa. As demais não souberam responder.

A segunda pergunta revelou um nível maior de desconhecimento a respeito da Associação por parte dos entrevistados. Cinco pessoas não souberam responder (entre elas, duas desconfiaram da intervenção da ABI durante a ditadura militar de 64, mas não souberam precisar o momento específico), uma citou apenas o Impeachment, outra citou, além desse fato a campanha das Diretas. A terceira citou, por fim, a morte do jornalista Tim Lopes e a proposta de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

É certo que não se pode supor que as pessoas que não responderam ao questionário desconheçam a atuação e a função da ABI. Devem ser levados em consideração fatores como

a falta de tempo ou interesse em responder a pesquisa. No entanto, alguns desses jornalistas confessaram verbalmente que não enviaram respostas por se sentirem envergonhados de não conhecer o funcionamento da Associação. A pequena pesquisa indicou pontos interessantes para serem estudados, como a confusão entre Sindicato e a Associação. Embora nem todos possam ser apontados nesse trabalho, acredito que este contribua para a divulgação do desenvolvimento da Associação Brasileira de Imprensa entre jornalistas e acadêmicos.

Se o papel da entidade é mesmo o de “representar o jornalista e manter viva sua história”, que esta pesquisa possa, em retribuição pela defesa da liberdade de imprensa e da classe profissional a que pertencço, manter viva a história da própria ABI, apontando, através dos relato de fatos históricos, acertos e falhas e estimulando a constante melhora da Associação e, por consequência, da própria imprensa.

2 A ABI DE ONTEM

2.1 A Criação e os primeiros anos

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi fundada no dia 7 de abril de 1908, por Gustavo de Lacerda e mais outros oito amigos jornalistas. A data escolhida é emblemática. No dia 22 de novembro de 1830, o médico e jornalista João Batista Líbero Badaró foi assassinado por inimigos políticos em São Paulo, gerando um movimento popular que resultou na abdicação de D. Pedro I, no dia 7 de abril de 1831.

Nos primeiros anos, a Associação adquiriu papel de sindicato (este criado apenas em 1935, com o nome de Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro), já que buscava melhorias nas condições de vida e de trabalho dos jornalistas.

Na primeira página do jornal *O Paiz*, de 9 de abril de 1908 uma nota anunciava os objetivos da recém-formada instituição:

Criar e manter uma caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias; manter um serviço de assistência médica e farmacêutica; instalar o Retiro da Imprensa, com enfermaria e residência para velhos e enfermos; manter no centro da cidade, a sede social, com biblioteca, salões de conferência e diversões, etc.; habilitar, por meio de título e capacidade intelectual e moral, o pretendente a colocação no jornalismo; prestar pública homenagem a Gutenberg, o fundador da imprensa, por a qual procurará associar o governo da República¹.

A nota também informava a composição da diretoria formada por Francisco Souto, do *Correio da Manhã*; Luís Honório, do *Jornal do Brasil*; Artur Marques, da *Gazeta de Notícias*; Alfredo Seabra, de *O Paiz* e Alberico Doemon. A fundação se deu na primeira sala do terceiro andar do jornal *O Paiz*, onde também se situava a sede da Caixa Beneficente dos empregados desse periódico, na esquina da Rua Sete de Setembro com a Avenida Central, atual Rio Branco. Foram Mário Galvão, do *Jornal do Commercio* e Amorim Júnior, de *O Paiz*, os responsáveis, junto a Lacerda, pela elaboração do primeiro projeto de estatuto da ABI.

Gustavo de Lacerda, que na verdade chamava-se Gustavo Adolfo Fraga, nasceu na província de Santa Catarina, em maio de 1854. Foi quando entrou no Exército, aos 22 anos, que substituiu seu nome, adotando o sobrenome de sua mãe de criação, Maria das Dores Lacerda. Permaneceu no Exército até 1881, onde foi preso diversas vezes por mau comportamento. Três anos depois de deixar a carreira militar, fundou seu próprio jornal o *Meio Dia*, mas este não sobreviveu mais que um mês.

¹ Apud MOREL, Edmar. A trincheira da liberdade: história da ABI, 1985.p. 23.

Em 1987, Gustavo de Lacerda começou a trabalhar no *O Paiz*, em troca do que Edmar Morel chama de “salário de fome”²: 50 mil-réis por mês. Entre as duas datas, ele fez pequenos trabalhos em vários jornais, revisões e deu aulas de francês. Em certas ocasiões trabalhou em três jornais simultaneamente.

A idéia da Associação veio à tona, quando Gustavo de Lacerda estava internado na Santa Casa. Ao receber a visita de Nicolau Ciancio, entregou a ele papéis com o projeto de fundação da ABI, embora ainda não tivesse escolhido um nome para a Associação. O nome viria depois. Gustavo de Lacerda morreu no dia 4 de setembro de 1909, na Santa Casa. Sobre a morte, a Gazeta de Notícias publicou, no dia seguinte:

Morreu Gustavo de Lacerda. Tinha cinquenta e seis anos. Certo não era ser velho, mas parecia ter muito menos idade, ativo, como ele era, nervoso bastante ainda para agitar uma idéia e levá-la avante, como a que, no fim de sua vida, ele viu, felizmente resolvida, e a caminho do seu ideal, a Associação de Imprensa, de que ele era o presidente, primeiro³.

Seu legado, no entanto, incluía dívidas de aluguéis, tanto da ABI, como do lugar onde morava, nas proximidades da Praça Tiradentes. Inicialmente a ABI não recebeu apoio por parte dos jornalistas. Na fundação, como foi dito, apenas oito estavam presentes. Aliado a isso está o fato de os diretores de alguns jornais proibirem o ingresso dos jornalistas na instituição. Após a morte do fundador da ABI, assumiu o vice, Francisco Souto, cuja função primordial foi fazer com que a Associação prosseguisse.

No dia 13 de maio de 1910 assumiu a presidência, o maranhense João Dunshee de Abranches Moura, Deputado Federal de 1905 a 1917, editorialista de *O Paiz* e porta-voz do barão do Rio Branco. Na gestão de Dunshee, que aí de 1910 a 1913, a ABI ganhou uma sede na Avenida Central, as contas foram pagas, foi criada a Carteira do Jornalista. Além disso, devido a modificações no estatuto, a ABI passou a se chamar Associação de Imprensa dos Estados Unidos do Brasil.

Dunshee era amigo de Gustavo de Lacerda, que antes de morrer, instruiu seus amigos da Associação a procurá-lo. Dunshee Abranches morreu no dia 11 de março de 1941, deixando 165 obras escritas.

Belisário de Sousa, redator-chefe de *O Paiz* substituiu Abranches, aos 27 anos, tomando posse no dia 12 de agosto de 1886. Em 1915, foi reeleito, deixando o cargo dois

² MOREL, Edmar. A trincheira da liberdade: história da ABI, 1985.

³ Idem. p. 23.

meses antes de completar seu mandato para assumir, no ano seguinte, o cargo de deputado estadual do Rio de Janeiro. Em seu lugar ficou Raul Pederneiras, chargista do *Jornal do Brasil* e um dos fundadores da *Revista da Semana*, da revista *Kosmos* e do diário *Última Hora*.

Raul Pederneiras entrou para a ABI um mês depois de sua criação, em 1908. Durante o seu primeiro mandato (até 1917), a Associação já contava com mais de 400 sócios. O presidente realizava duas reuniões semanais com a diretoria, visando à aproximação entre os jornalistas.

Segundo Edmar Morel, “pode-se dizer que Raul, na sua primeira presidência, deu 10 anos de rejuvenescimento à ABI, tamanha foi a movimentação e, sobretudo, o elevado número de sócios admitidos, aumentando, assim, a renda da casa”.⁴

A sede social foi transferida mais uma vez, saindo da Avenida Rio Branco para o Liceu de Artes e Ofícios, na Rua 13 de Maio. Durante o período entraram para a Associação os jornalistas Barbosa Lima Sobrinho, Gabriel Bernardes, Hebert Moses e Danton Jobim, que mais tarde iriam dar grandes contribuições à consolidação da ABI.

Raul Pederneiras também foi responsável pela criação de uma sala de reportagens onde os jornalistas podiam fazer a corrida, ou ronda, isto é, ligar para a polícia, bombeiros, hospitais etc, para apurar os principais acontecimentos e retransmitir informações aos jornais. Raul Pederneiras voltou, à presidência da ABI em 1920, tendo sido reeleito diversas vezes até 1926. Dario de Mendonça e o baiano João Guedes Mello ocuparam o cargo de 1917 a 1920.

Os anos em que João Mello esteve à frente da instituição foram marcados por dois acontecimentos importantes: a assinatura de decretos, nos dias 11 de julho e 10 de dezembro de 1917, que reconheceram a ABI como uma entidade de utilidade pública, resultado dos esforços dos três últimos jornalistas que ocuparam a presidência da casa e o Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas, em 1918. Para a realização do Congresso, João Mello dispensou a quantia de mil e oitocentos mil-réis, uma quantia elevada para a época.

Dario de Mendonça, do *Jornal do Commercio* foi o presidente da ABI nos anos de 1918 e 1919. Na sua administração houve o escândalo da Chácara das Palmeiras. Eustáquio Alves ofereceu a Associação uma chácara em Riachuelo, onde poderia ser construída o Retiro dos Jornalistas, casa de repouso idealizada por Gustavo de Lacerda desde a Fundação da ABI. A condição era que a capela fosse conservada, o nome do doador permanecesse oculto e a

⁴ MOREL, Edmar. A trincheira da liberdade: história da ABI, 1985. p. 72

ABI assumisse uma dívida de 48 contos. Como a diretoria não aceitou a negociação, por considerar que o terreno tinha valia menos que o que estava comprometido pelas dívidas, alguns associados se aborreceram com a decisão.

João Guedes foi reeleito em 1919, permanecendo na presidência até 1920, quando retomou o cargo Raul Pederneiras. Durante o segundo período de posse de Pederneiras, assumiu o governo brasileiro, Artur Bernardes, em 1922. Os jornais estiveram permanentemente censurados nessa época e alguns jornais foram fechados, como o *Correio da Manhã*, que ficou suspenso de agosto de 1924 a maio de 1925.

Em virtude da reconstrução do Liceu de Artes e Ofícios, a ABI teve que ocupar uma sede pouco convencional: uma ala no Quartel dos Barbonos, na Rua Evaristo da Veiga. Mas o ministro da Justiça determinou sua retirada de lá. A instituição mudou-se mais uma vez, transferindo sua sede para a Rua 1º de Março, 24.

Em 1926, assumiu a presidência uma das personalidades mais conhecidas da instituição, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Barbosa Lima nasceu no dia 22 de janeiro de 1897. Foi colaborador do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Recife* e redator-chefe do *Jornal do Brasil*. Esteve na presidência da casa por 25 anos não-consecutivos. No seu primeiro mandato reabriu o processo pelo terreno na região do antigo Morro do Castelo.

Nos anos seguintes, a presidência foi ocupada por Gabriel Bernardes (1927 a 1928), Manuel Paulo Teles de Matos Filho (1928 a 1929) e Alfredo da Silva Neves (1929 a 1930). Gabriel Bernardes teve como primeiro-tesoureiro Hebert Moses, que realizou algumas extravagâncias durante o período. Além de gastar 97 contos com a compra de novos mobiliários para a sede, recebendo apenas 5 pelos móveis antigos, Moses vendeu o terreno destinado ao Retiro dos Jornalistas, obtido depois de sérias discussões no mandato de Dario de Mendonça.

Em 1928 assumiu o cargo Manuel Filho, redator-chefe do *Correio da Manhã* e futuro diretor de *O Jornal*. No ano seguinte foi a vez de Alfredo da Silva Neves, que assumiu num período de discordâncias internas, por causa da Aliança Liberal, apoiada pelos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e o *Jornal do Commercio* e criticada por *O Paiz*, *Vanguarda*, *Gazeta de Notícias*, *A Crítica*, *A Noite*, entre outros, a favor de Washington Luís.

Esses últimos sofreram depredações em consequência da revolução, conforme descreve Edmar Morel:

O edifício de *O Paiz*, construído com a própria Avenida Central, em sua esquina com a 7 de Setembro, converteu-se num imenso fogaréu. Menores invadiram o

prédio, arrancando móveis, livros e coleções, espatifando tudo e jogando material para a fogueira. A *Agência Americana*, instalada em um dos andares superiores, A *Notícia*, mais além, na mesma avenida, a *Gazeta de Notícias*, na rua do Ouvidor, A *Crítica*, de Mário Rodrigues, A *Vanguarda*, de Oséas Mota, empilhadas e queimadas. A *Noite*, no edifício da Praça Mauá que tem seu nome, sofreu o vandalismo da revolução. [...] Pelas ruas estendiam-se passadeiras brancas de bobinas de papel jornal⁵.

Em 1930, Barbosa Lima sobrinho reassumiu o cargo. A sede da ABI foi mais uma vez transferida, mudando-se para a Rua do Passeio, onde até então funcionava o Clube dos Democráticos. Barbosa Lima renunciou em nome da unidade da classe jornalística. Na época existiam três representações dos profissionais. Além da ABI, havia o Clube da Imprensa e a Associação da Imprensa Brasileira. A primeira era presidida por Carvalho Neto, chefe de redação de *A Noite*. A segunda tinha à frente o médico Alvim Horcades. Edmar Morel conta em *A Trincheira da Liberdade*, que a ABI deixou de ser convidada para um seminário sobre História do Brasil promovido pelo Instituto Histórico, porque a instituição não sabia qual representação da imprensa convidar. O presidente da ABI propôs então que as três se reunissem na ABI, que tinha sido criada há mais tempo e que, para isso, renunciariam o cargo, junto com as respectivas diretorias. Hebert Moses, então diretor-tesoureiro do jornal *O Globo* foi escolhido para substituí-los no posto, com 25 votos.

2.2 A casa dos jornalistas quer casa

Hebert Moses conseguiu no dia 9 de janeiro de 1932 que o prefeito Pedro Ernesto entregasse à ABI uma escritura, doando o terreno do Morro do Castelo. O prefeito se tornou a partir de então, “benemérito da classe”⁶. Outra personalidade política a receber o título foi o presidente Getúlio Vargas, que, em visita à Associação no final de 1931, prometeu financiamentos para a construção do prédio.

Segundo Morel, as relações com Vargas se estremeceram em função do empastelamento do *Diário Carioca (DC)*, em 1932. Em fevereiro desse ano, os jornais deixaram de circular por um dia, em protesto. Durante o governo Vargas, várias formas de cercear a imprensa eram utilizadas: o papel-jornal era controlado, assim como a energia elétrica. Além do *DC*, muitos outros jornais foram empastelados: *O Interventor*, *O Estilete*, *O*

⁵ MOREL, Edmar. *A trincheira da liberdade: história da ABI*, 1985.p. 114

⁶ Idem. p. 122

Jornal etc. Muitos jornalistas estavam sendo presos em Ilha Grande ou enviados a Fernando de Noronha. A situação se agravava e Moses ia ficando sem alternativas. Foi criada então a Comissão de Defesa de Liberdade de Imprensa. O próprio presidente da ABI foi chamado numa Vila Militar.

Nesse contexto, alguns sócios da ABI começaram a exigir o afastamento da Instituição de Getúlio. O presidente da República chegou a ser vaiado pelos parentes das vítimas, enquanto visitava a Associação, embora essa informação não pudesse ser divulgada na mídia. Enquanto isso, os andares iam ficando prontos e a ABI transferiu-se para o prédio ainda inacabado, em 1940.

O sucessor de Vargas, Eurico Gaspar Dutra prometeu liberdade de imprensa, mas logo começaram os ataques aos jornalistas, destacando-se o ataque ao *Tribuna Popular* e a suspensão da energia do *Imprensa Popular*. O aumento salarial dos jornalistas foi vetado, mas, por outro lado, foi aprovada a lei que garantia prisão especial para jornalistas.

Em 1950, Moses ainda estava no comando da ABI, completando 20 anos à frente da casa. Edmar Morel declarou que “ninguém sabia onde Moses acabava e a ABI começava. Os dois se confundiam”⁷. Dois anos depois, quando Vargas voltou ao poder, Moses ofereceu um almoço ao ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso e a outros 42 generais. A atitude foi duramente criticada pela imprensa, que considerou uma afronta aos profissionais. Apesar dos protestos, Moses não afrouxou as relações com Vargas. Em 54, quando o presidente se suicidou, Hebert Moses dedicou um número inteiro do *Boletim da ABI* a Vargas.

Para Morel esta atitude “dignifica uma instituição” e não vê nisso contradição com os princípios da ABI: “Era, apenas, a coragem de confessar que a classe recebeu favores de um ditador deposto, o qual voltou ao governo como presidente eleito pelo povo, tomando medidas que preservam o patrimônio econômico da nação”.⁸

Moses renunciou apenas em agosto de 1964. Estava com arteriosclerose e andava numa cadeira de rodas. Antes disso, lutou pela lei de aposentadoria dos jornalistas com 30 anos de serviço. Em 64, com o golpe militar, foi reestruturada a Comissão de Defesa de Liberdade de Imprensa.

⁷ MOREL, Edmar. A trincheira da liberdade: história da ABI, 1985. p. 143.

⁸ Idem.

Quando deixou o cargo tinha oitenta anos, 33 deles na liderança da ABI. Hebert Moses recebeu o título inédito de presidente de honra e um pequeno gabinete no 7º andar. Moses morreu em maio de 1972.

Com a renúncia, assumiu a presidência o vice, Luís Ferreira Guimarães, diretor da sucursal de *A Gazeta*, de São Paulo. Em setembro foi eleito Celso Kelly. O agravamento da repressão com o golpe militar, fez com que a ABI perdesse força, no sentido de que suas ações nem sempre conseguiam impedir as cassações, exílios e outras privações da liberdade jornalística. A Comissão de Defesa enviava ofícios ao ministro da Justiça, Milton Campos, e ao ministro da Guerra, general Costa e Silva pedindo a soltura de alguns profissionais, mas sua atuação não podia ir muito além disso já que a Associação não tinha repercussão na mídia, ela própria censurada.

Elmano Cruz esteve à frente da Comissão de Defesa da Liberdade sugerindo que a mesma abrangesse também escritores, editores, livreiros, autores e integrantes da Academia Brasileira de Letras. O presidente da ABI procurou se aproximar dos ministros militares, à semelhança do que foi feito na época de Vargas, novamente provocando divergências dentro da ABI, sempre justificadas pelo caráter apolítico da instituição.

Essa relação próxima entre os presidentes da casa e o governo fica clara no livro de Edmar Morel:

Moses fez o mesmo. Jamais deixou de visitar Costa Neto e Filinto Müller e outros declarados inimigos da liberdade pública. Quase todos os presidentes da Casa seguiram esta norma.

Elmano, por sua vez, telefonava para o general Costa e Silva, de quem era amigo. Ia ao chefe de polícia, o neurótico cel. Gustavo Borges, e falava de igual para igual⁹.

Cristina Monteiro de Andrada Luna em sua tese defendida no mestrado do curso de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro estudou a Associação Brasileira de Imprensa durante o período militar. Ela acredita que a atuação da ABI durante toda a ditadura, se opôs moderadamente ao governo, com o qual manteve relações ambíguas.

Para a autora, o papel que a ABI assumiu foi o de “procurar proteger a integridade física dos jornalistas encarcerados e tentar libertá-los através de contatos estabelecidos pelos seus dirigentes com autoridades do governo então instituído”¹⁰.

⁹ MOREL, Edmar. A trincheira da liberdade: história da ABI, 1985. p. 163.

¹⁰ LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964-1977). Rio de Janeiro, 2007. p. 71

Celso Kelly, presidente da ABI, por exemplo, renunciou em fevereiro de 1966, a três meses do fim do mandato, para exercer uma função no Departamento Nacional de Ensino, do Ministério da Educação. Durante sua gestão, Kelly realizou mudanças internas e promoveu concursos jornalísticos e um seminário, patrocinado pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América (Ciespal), em que foi discutido o ensino do jornalismo e a liberdade de expressão.

De 1966 a 1972, ocupou a presidência o senador Danton Jobim e jornalista do *UH*. Danton trabalhou nos jornais *A Noite*; *A Manhã* e *A Crítica*, de Mário Rodrigues, e no *Diário Carioca*, onde foi diretor. O *DC* foi fechado em 1965, depois de 37 anos de existência.

Danton combateu a criação da Lei de Imprensa, imposta por Castelo Branco e até hoje criticada pela Associação. Ele também protestou contra a prisão de Hélio Fernandes, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, segundo conta Morel.

Outro ato que ficou famoso em sua gestão, criando reações negativas internamente, foi um almoço oferecido pela casa ao general Costa e Silva. Fernando Segismundo, em *ABI, 80 anos*, conta que o conselheiro Antônio Calado abandonou a função. Segundo o autor a Danton Jobim justificou o almoço, encarando-o como um “salvo-conduto para as lides de imprensa”¹¹, o que não indicava promessas da ABI ao governo militar. O governo de Costa e Silva, de 1967 a 1969, foi um dos mais rígidos da ditadura. Nesse período foi estabelecido o Ato Institucional Nº 5. No mesmo ano, a ABI completava o sexagésimo aniversário de fundação.

No prédio da Rua Araújo Porto Alegre, 71 funcionava também o Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Guanabara, a Associação Brasileira de Escritores, a Ordem dos Velhos Jornalistas (OVJ), entre outras. Esta última entidade foi criada em 1957, por antigos sócios e ex-conselheiros da ABI, com o objetivo de “constituir a história da imprensa brasileira”, conforme elucida Ana Paula Goulart Ribeiro, no texto “Velhos Jornalistas: memória, velhice e identidade profissional”:

A OVJ era uma entidade representativa de tipo muito particular, de profissionais que não mais exerciam a profissão ou que estavam em vias de deixar de exercer. [...] Os “velhos jornalistas” – na suas publicações – falavam, o tempo todo, de suas trajetórias profissionais e dos sentidos da sua profissão. Buscavam constantemente construir uma imagem de si, mobilizando uma série de representações específicas sobre o jornalismo. Além disso, eles se propunham – consciente e intencionalmente

¹¹ SEGISMUNDO, Fernando. *ABI 80 anos*. Rio de Janeiro: Unigraf, 1988.p. 10

– a promover suas recordações individuais e construir uma história da profissão. A OVJ era essencialmente uma instituição de memória¹².

Hebert Moses, escritor de *A Trincheira da Liberdade*, foi um dos fundadores da Ordem. Foi a OVJ que criou o Dia do Jornalista, através da proposta do deputado Frederico Trotta, pertencente à Ordem. Pela lei 1.867, de outubro de 1970, o dia 7 de abril, data de fundação da ABI, passou a ser também o dia do jornalista.

Em 1972, assumiu a presidência Adonias Filho, ex-articulista do *Diário de Notícias* e então diretor da Biblioteca Nacional, sendo substituído por Elmano Cruz em 1974.

A revista *Veja*, do dia 15 de maio de 1974 anunciou a troca dos jornalistas, destacando na atuação de Adonias, a obtenção de um “rendoso contrato de 25000 cruzeiros mensais pelo aluguel de lojas no edifício sede da ABI, no Rio, à lanchonete Rick”¹³. Sobre os planos do recém-empossado, são citadas as programações culturais como a criação do Cine-Clube Macunaíma.

Elmano renunciou no ano seguinte. Os motivos dessa decisão foram explicados em uma entrevista que concedeu ao *Jornal da Tarde* no dia 12 de agosto de 1975. Nas declarações dele, também ficam evidenciadas a relação estreita que tinha com alguns funcionários do governo. Elmano Cruz justifica a renúncia alegando que não obteve apoio da diretoria, por essa proximidade:

Pretenderam traçar-me uma norma de conduta perante as autoridades públicas, diferente daquela que eu tinha o direito de ter. Não queriam que eu fôsse com ministros, não obstante terem esfriado as minhas boas relações com o ilustre general Reynaldo de Mello Almeida, comandante do I Exército, por eu ter assistido, sem desfalecimento, aos jornalistas presos acusados de subversão¹⁴.

Na mesma entrevista, Elmano opina que estava havendo uma “agitação ideológica na ABI”¹⁵ e dá “inteira razão ao presidente Geisel, quando afirmou, em seu último discurso, dessa infiltração em órgãos de comunicação do país”¹⁶.

A partir de Elmano seguem-se mandatos curtos. O vice, Líbero de Miranda, assume seu posto morrendo uma semana depois, quando assumiu o cargo Prudente de Moraes Neto.

¹² RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Velhos jornalistas: memória, velhice e identidade profissional. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006.

¹³ VEJA, 15 de maio de 1974 p.22

¹⁴ JORNAL DA TARDE, 12 de agosto de 1975, “Elmano Cruz explica por que renunciou à presidência da ABI”.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

Na sua gestão, Prudente ampliou a ABI criando representações em São Paulo e no Distrito Federal e enfrentou um atentado à bomba na sede da entidade. Faleceu no ano seguinte, quando assumiu Fernando Segismundo, vice. Em 1978, Danton é reempossado, mas falece 21 dias depois e Segismundo volta ao cargo. No mesmo ano é eleito Barbosa Lima Sobrinho, que permaneceu na ABI por 25 anos.

A enxurrada de más notícias para a Associação não está apenas representada nas seguidas mortes dos seus representantes máximos. Em outubro de 1975, o país assistiu ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog, de 38 anos, nas dependências do Departamento de Operações Internas- Centro de Operações de Defesa Interna (DOI- CODI). Vlado, como era conhecido por amigos e parentes, foi intimado a comparecer no DOI-CODI na noite de 24 de outubro desse ano, para esclarecer suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro. No dia seguinte, ele compareceu ao quartel onde foi interrogado, torturado e morto.

A nota divulgada pelo II Exército dizia que Herzog tinha se suicidado, apesar das fotografias mostrarem que a grade de onde supostamente se enforcou com um cinto era mais baixa que ele. Segundo Elio Gaspari em *A Ditadura Encurralada*¹⁷, contabilizou o “suicídio” de Herzog, atestado pelo médico-legista Harry Shibata, como o 38º do regime militar, sendo o 18º por enforcamento. Em 1978, Shibata confirmou haver assinado o laudo necroscópico sem ver o corpo da vítima.

Imediatamente depois da morte, a ABI, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, presidido por José Machado, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, presidido por Audálio Dantas, enviaram pedidos de explicação ao comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila, e de acompanhamento do caso pela imprensa e pelo Ministério Público da Justiça Militar.

Cristina Monteiro conta em sua dissertação o conteúdo dos ofícios:

Nos ofícios enviados pelas entidades citadas havia também menções a diversos jornalistas presos, como Sérgio Gomes da Silva, Marinilda, Carvalho Marchi, Paulo Sérgio Markun, Ricardo de Moraes Monteiro, Luís Paulo da Costa, Frederico Pessoa da Silva, Luís Vidal Paula Gole e Rodolfo Konder. Segundo a ABI, a prisão desses jornalistas não fora objeto de comunicação à autoridade judiciária militar competente e todos eles eram mantidos em regime de incomunicabilidade, apesar de alguns já terem cumprido o prazo estabelecido pela Lei de Segurança Nacional. A entidade também alegou que os jornalistas encontravam-se privados de assistência jurídica e de advogados para defendê-los e assisti-los nos interrogatórios a que eram

¹⁷ GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

submetidos. Destacaram, ainda, a similitude das circunstâncias da prisão desses jornalistas com as que resultaram na morte de Herzog¹⁸.

A Associação anunciou luto oficial por oito dias e organizou, junto ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo uma missa de sétimo dia, no Rio de Janeiro, que deveria ocorrer de forma simultânea à de São Paulo. Oito mil pessoas assistiram ao culto ecumênico realizado na Catedral da Sé, em São Paulo, no dia 31 de outubro de 1975.

No Rio de Janeiro, a missa foi proibida pelo arcebispo dom Eugênio Salles. O ato, então, foi realizado na Associação Brasileira de Imprensa sob a condução de Prudente de Moraes Neto e presença de cerca de 300 jornalistas, que fizeram 10 minutos de silêncio pela memória de Herzog.

A morte de Vladimir Herzog tornou-se um símbolo da luta contra a repressão e a tortura. A ABI passou a tomar atitudes menos conciliadoras e mais contundentes, o que só foi possível pela abertura gradual do regime, concedida por Geisel a partir de 1975, que veio a “permitir que fossem noticiadas as prisões de jornalistas, as torturas e as *démarches* da ABI e dos sindicatos de jornalistas, principalmente o de São Paulo, pela liberdade de imprensa e pela defesa dos direitos humanos”¹⁹.

Em 1976, quando Prudente de Moraes Neto estava à frente da casa (mas licenciado para se recuperar de uma cirurgia), uma bomba explodiu no 7º andar da sede, destruindo um terço do andar e atingindo outros dois pavimentos. Ações semelhantes aconteceram no prédio da Ordem dos Advogados do Brasil e na Câmara dos Vereadores, fazendo vítimas, além dos atentados aos jornais *Tribuna da Imprensa*, *Tribuna Operária* e *Opinião*, na Editora Civilização Brasileira e na casa de Roberto Marinho, diretor do jornal *O Globo*.

O *Estado de S. Paulo* noticiou o fato na edição de 20 de agosto de 1976, mostrando os estragos causados: “A explosão destruiu o banheiro – onde a bomba foi colocada – e atingiu as salas dos diretores e do presidente. As vidraças externas do prédio ficaram estilhaçadas, não só no sétimo, mas também em outros andares, assim como as dos edifícios vizinhos”²⁰. A bomba também arruinou o sistema de abastecimento de água e a tubulação sanitária, já que

¹⁸ LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964-1977)*. Rio de Janeiro, 2007. p. 120.

¹⁹ Idem.

²⁰ O ESTADO DE S.PAULO, 20 de agosto de 1976. “Terroristas explodem bomba na sede da ABI”.

provocou o derretimento de mais de dois metros de cano de chumbo e metal pertencentes à coluna hidráulica.

No local foram encontrados panfletos de um grupo identificado como Associação Anticomunista Brasileira, que acusavam a ABI de estar dominada por comunistas. *O Estado* de S. Paulo publicou na mesma matéria o texto que estava nos panfletos:

Chegou a hora de começar a escalada contra a nova tentativa de comunicação do Brasil que está em marcha.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) totalmente dominada pelos comunistas foi escolhida para esta primeira advertência. De agora em diante tomem cuidado seus 'lacaio de Moscou'.

Não daremos trégua. Já que as autoridades recolhem-se covardemente, nós passaremos a agir. Cuidado simpatizantes, aproveitadores, políticos sem escrúpulos e traidores de todos os matizes. Não lhes daremos trégua! Morte à canalha comunista! Viva o Brasil A.A.B. (Aliança Anticomunista Brasileira)²¹.

Prudente de Moraes não quis responder às provocações e lembrou que poucos dias antes do atentado, os presos políticos do presídio do Hipódromo receberam cartas ameaçadoras a despeito de terem todas as suas correspondências censuradas. A informação foi repassada à ABI e à OAB por familiares dos presos.

Pouco tempo antes, a Associação de Imprensa tinha sido acusada de estar a serviço do comunismo internacional, conforme a matéria da mesma data intitulada "A quem interessa o crime?". A acusação foi feita pelo deputado José Bonifácio, partidário da Arena, segundo o texto, pelo fato de a imprensa ter publicado matérias a respeito das mordomias e da política econômica do governo.

Em 1975, o jornalista Ricardo Kotscho realizou uma série de reportagens em que denunciava os gastos dos ministros e dirigentes de empresas estatais. A descoberta de que o ministro do Trabalho, Arinaldo Pietro, tinha 28 empregados domésticos e consumia 600 quilos de arroz e 954 de carne por mês, chocou a opinião pública. A reportagem deu ao jornalista um Prêmio Esso.

O Estado de S. Paulo também noticiou a prisão do jornalista Henrique Miranda Sá Neto, da Editora Abril, em sua casa em Ipanema, depois de ter sido abordado durante a cobertura do atentado, pela manhã. Ele tinha entregue a um fotógrafo um panfleto com o texto da Aliança Anticomunista Brasileira.

Na gestão de Prudente de Moraes Neto foram presos os jornalistas: Maurício Azedo, Luiz Paulo Machado, Samuel Wainer, Carlos Lacerda, Hélio Fernandes, entre outros. José

²¹ O ESTADO DE S.PAULO, 20 de agosto de 1976. "Terroristas explodem bomba na sede da ABI"

Gomes Talarico foi preso mais de dez vezes. Fichel Davit Chargel e outros vinte depuseram em órgãos de segurança.

O ano de 1977 foi marcado na ABI pela “Missão Portela”. No livro de Fernando Segismundo, então presidente da Associação, é divulgado pela primeira vez o texto integral do documento entregue ao presidente do Senado, Petrônio Portela. Ele era também um importante interlocutor entre Geisel e o chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, e se tornou um dos políticos mais importantes na implantação do projeto de distensão do governo.

O senador arenista conversava há quase um ano com representantes da sociedade civil e de partidos políticos sobre a volta a um Estado de Direito quando a ABI, em novembro de 1977, lhe entregou um documento com as principais reivindicações dos profissionais representados pela Associação, divididas em três conjuntos: liberdade de imprensa, direitos humanos e liberdades públicas.

Em relação à liberdade de imprensa, buscava-se seu restabelecimento pleno, desde a busca por informações até a veiculação das mesmas, considerando princípios básicos como o direito de informação, de opinião e de crítica. Era cobrada a suspensão imediata da censura prévia tanto aos jornais e revistas como *Tribuna da Imprensa*, *O São Paulo*, *Ele & Ela*, *Revista do Homem*, *Lui*, entre outros, como também dos programas jornalísticos de rádio e televisão.

Também era pedida a instalação do Conselho Superior de Censura, criado em 21 de novembro de 1968 pela Lei nº 5.536, que permitia a participação de instituições culturais para possibilitar recursos e revisões às restrições impostas pelos censores. Entre as reivindicações referentes aos Direitos Humanos a ABI pedia a restauração do habeas-corpus, a cessação dos seqüestros e o direito a comunicação entre os presos e seus advogados. No campo das liberdades públicas, a ABI se manifestou a favor da anistia ampla e irrestrita.

O documento foi entregue a Portela, num encontro entre ele, Fernando Segismundo, Barbosa Lima Sobrinho, Odylo Costa Filho, Pompeu de Souza e Danton Jobim, no dia 21 de novembro, no apartamento do senador, em Copacabana. A participação da ABI na Missão criou oposições dentro e fora da Casa. O *Jornal do Brasil* publicou um editorial “Missão Invertida”, em 25 de novembro de 1977, em que considerava que a Missão tinha “característica protelatória”. Já o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não era a favor de negociações com o governo.

É importante notar que o documento, apesar de incisivo no que tange à liberdade de imprensa, foi deveras moderado em outros pontos, pois em momento algum cogitou

o fim do regime, a extinção da Lei de Segurança Nacional e a responsabilização dos órgãos de segurança do Estado pelas mortes, desaparecimentos e torturas a presos políticos, o que não nos surpreende, já que a ABI não teria sido convidada a participar da Missão Portela se não fosse uma instituição de caráter moderado²².

Em maio de 1978, voltava à presidência Barbosa Lima Sobrinho, “eleito com o objetivo de pacificar a classe”²³. Em sua gestão, Barbosa Lima convidou diferentes correntes partidárias. Também reformou as instalações da sede, recorrendo para isso às doações do governador Chagas Freitas. Em novembro desse mesmo ano, a ABI encaminhou ao Congresso uma representação solicitando que os crimes de imprensa fossem julgados pela Justiça comum ao invés da militar. O documento foi baseado em estudo feito por uma comissão da Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo matéria de 14 de novembro de 1978 do jornal *O Estado de S. Paulo*:

A primeira Lei de Imprensa formulada no Brasil, a 18 de junho de 1822, já se preocupava com esse aspecto pois estabelecia, por sugestão de José Bonifácio, que os chamados delitos de imprensa fossem examinados pela presença de júri popular que, segundo ele, era mais sensível, como a própria imprensa, ao contágio da opinião pública, para compreender pronunciamentos que vinham com aprovação do povo e a chancela de toda a Nação²⁴.

No mês anterior, Barbosa Lima havia revelado ao jornal citado o seu temor a respeito da nova Lei de Imprensa anunciada para 1979. A ABI não havia sido convidada para discutir o texto da lei e, por esse motivo, o presidente achou mais sensato não se manifestar até que pudesse ver o projeto, mas concluiu, pela observação da história brasileira, que as leis de imprensa, desde a Lei Adolfo Gordo, no governo de Artur Bernardes, nunca foram feitas visando ao livre direito de informação, mas sim ao controle dessa liberdade.

Como temia que os jornalistas pudessem ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), fez alusão ao documento enviado ao presidente do Senado pela ABI na missão Portela. Este considerava a revogação da LSN como condição *sine qua non* para as reformas políticas. A questão da Lei de Imprensa seria discutida, por Barbosa Lima Sobrinho, muitas outras vezes.

Entre os dias 18 e 22 de maio de 1980, Barbosa Lima participou da Oitava Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil, em Manaus. Sobre o conteúdo da palestra intitulada “Direito de Informação”, ele comenta:

²² LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964-1977)*. Rio de Janeiro, 2007. p. 129.

²³ MOREL, Edmar. *A trincheira da liberdade: história da ABI*, 1985. p. 207

²⁴ O ESTADO DE S. PAULO, 14 de novembro de 1978. “ABI quer Justiça comum para crimes de imprensa”.

O que mais nos surpreende - continua - é que as leis sejam implacáveis quando a informação falsa vem do exercício da liberdade de imprensa, mas sejam omissas ou singularmente indulgentes quando a responsabilidade pela informação falsa corre por conta dos governos e não da imprensa²⁵.

Nesse congresso, ele apresentou uma tese propondo que os crimes de imprensa fossem a júri popular, já que era a população a principal atingida por delitos de opinião. Com a efeméride dos 15 anos da Lei de Imprensa, em 1982, o presidente da Associação enviou ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, um documento com sugestões a uma nova Lei de Imprensa. Na ocasião Barbosa Lima voltou a lembrar que a Lei de Segurança Nacional incorporou medidas da Lei de Imprensa, como a apreensão de jornais, tornando-as ainda mais rígidas.

A Lei de Imprensa de 14 de março de 1967, assinada por Carlos Medeiros Silva, na época, ministro da Justiça, dizia que o recolhimento de jornais deveria ser submetido ao Tribunal Federal de Recursos (TFR) que poderia julgar a decisão do executivo. Caso ela não fosse considerada legítima, a empresa poderia receber até uma indenização. A LSN acabou com essa possibilidade e com a intervenção do TFR no processo.

A proposta de Barbosa Lima Sobrinho não era acabar com a Lei de Imprensa, já que o Código Penal não aborda questões relativas à imprensa e a Constituição pressupõe uma regulamentação quando declara a livre manifestação de pensamento, “respondendo cada um [...] nos termos da lei pelos abusos que cometer”.²⁶ Sua idéia era “elaborar pela primeira vez no Brasil, uma lei a favor, e não contra a imprensa”.²⁷

Desde 75, ou até mesmo antes, Barbosa Lima defendia uma imprensa livre, mas responsável, sujeita aos crimes que pode gerar como os de injúria, calúnia e difamação; falsidade da notícia; estímulo à revolta; divulgação de segredo de Estado, etc. A liberdade da imprensa, por outro lado, se justifica pelos serviços que esta presta à defesa de outras liberdades:

Denuncia as prisões ilegais. Descobre as torturas com que o sadismo se exercita. Serve de veículo à liberdade de pensamento, esposando a teses opostas e combatendo o fanatismo. Preserva a liberdade religiosa, defendendo o respeito a todos os cultos. Vale de defesa para a liberdade de locomoção. Bate-se pelo respeito ao domicílio do cidadão. [...] Está sempre a serviço da própria comunidade, para as denúncias necessárias, na condenação dos excessos, na correção dos abusos²⁸.

²⁵ O ESTADO DE S. PAULO, 15 de maio de 1980. “ABI discute ‘perigos’ da liberdade.

²⁶ JORNAL DA TARDE, 12 de junho de 1985. “Imprensa. Pede-se uma nova lei”.

²⁷ Idem.

²⁸ O ESTADO DE S.PAULO, 31 de maio de 1975. “Escritor defende a imprensa livre”.

O documento com as sugestões foi encaminhado a Fernando Lyra no dia 26 de agosto de 1985. Em resumo, tinha a função de retirar “tudo que pudesse constituir o ‘entulho’ dos últimos 20 anos”²⁹. São 28 possíveis modificações, entre as quais vale destacar: a produção de um texto mais explícito sobre o que é considerado subversivo (Parágrafo 1, art. 1º); a proteção de segredo de Estado só nos casos de o sigilo ser relevante para a segurança nacional (art. 15, letra b); não responsabilização das oficinas impressoras, que deveriam responder apenas por clandestinidade e não pelo conteúdo das matérias (art. 37 §3); não responsabilizar o sucessor - conforme especificado no artigo- pelo escrito de pessoa com imunidade, já que isso poderia restringir a liberdade de expressão dessas pessoas.

Além dessas é importante citar as seguintes reivindicações: aplicação de pena pecuniária ao invés da privação da liberdade, exceto em casos de negligência, imprudência ou imperícia (parágrafo 5, art. 37); aumento do prazo de defesa de 5 para 10 dias (art. 43§1); acréscimo do texto “sujeitos à correção monetária”, com relação às multas relacionadas a salários. Os 28 tópicos foram discutidos entre Barbosa Lima e Motta Maia, membro do Instituto dos Advogados Brasileiros; José Carlos Monteiro, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e o advogado Evaristo de Moraes Filho.

3 A ABI DE HOJE: DE UM CENTENÁRIO A OUTRO

3.1 Barbosa Lima: quase três séculos pelo Brasil

Quando Barbosa Lima voltou a ser presidente da Associação Brasileira de Imprensa, estava com 81 anos, deixou a Casa, aos 101. Ele foi, ao mesmo tempo, o presidente mais novo (no mandato de 1926 a 1928) e o mais velho da Associação. Foi exatamente o que lembrou quando aceitou voltar para ABI: “acho complicado conciliar dois títulos opostos”.³⁰

Barbosa Lima foi casado com a paulista Maria José Gonçalves Pereira, com quem trocava correspondência apaixonadas e de quem não se separou mais. Teve quatro filhos, cinco netos, três bisnetos. Quando nasceu, numa casa na esquina da Rua Riachuelo com a Rua do Hospício, um batalhão de guarda disparou, coincidentemente, alguns tiros de canhão. Para a família era um aviso de que ele seria um grande homem.

Como jornalista, foi colaborador do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Recife* e redator-chefe do *Jornal do Brasil*. Na política, foi governador de Pernambuco, de 1948 a

²⁹ O ESTADO DE S.PAULO, 28 de agosto de 1985. “As sugestões à nova Lei de Imprensa”.

³⁰ MARKUN, Paulo. O senhor presidente. Imprensa. Janeiro de 1988.

1952, deputado federal pelo estado de 1935 a 37, em 1946 e 1948. Só voltou à militância em 1973, quando aceitou participar de uma chapa junto a Ulisses Guimarães, concorrendo como “anti-candidato” à vice-presidência pelo MDB.

Segundo ele, o MDB combateu o alto custo de vida (que “não obedece às ordens do governo, como não obedecem os comerciantes ao tabelamento oficial de preços”³¹), a desnacionalização da indústria e exaltou a anistia.

Em seu discurso final, antes de abandonar a campanha, Barbosa Lima disse que faltou à campanha, presença nos meios de comunicação, o que era negado pela Justiça Eleitoral.

Apesar disso, destacou a importância da publicidade jornalística, da receptividade do não-eleitorado e da possibilidade de confortar as vítimas do governo militar.

Na campanha, visitou 16 estados brasileiros, falando a grupos com diferentes números de pessoas em diversas situações. O discurso que mais o deixou honrado, contou, foi o que fez num estrado de caminhão, para “eleitores que não iam votar, em nome de candidatos que não eram candidatos, tão somente pessoas que protestavam contra a marginalização do povo na escolha do supremo magistrado da nação”, uma cena que define como de “quase surrealismo”³².

Antes das eleições do dia 15 janeiro, o candidato apontado pelo Colégio Eleitoral já era conhecido. Ulysses e ele não tinham chance de serem eleitos e por esse motivo ele foi retratado em uma caricatura da época como Sancho Pança (personagem do livro *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes). Barbosa Lima só fez uma ressalva: “deviam ter me desenhado como Dom Quixote mesmo. Afinal, o Ulysses é que continuou na política e hoje está quase no poder (1988)³³. Eu só aceitei o convite, transmitido por Tancredo Neves, quando me dei conta da absoluta gratuidade da oferta”³⁴.

Depois do episódio da anti-candidatura de 74, Barbosa abandonou a atividade política: “Resolvi me entregar totalmente à função jornalística porque achei que esta função tinha que ser afastada de qualquer interesse de ordem ou natureza política. A formação de um partido

³¹ O ESTADO DE S. PAULO, Campanha acaba e Barbosa Lima deixa a política. 12 de janeiro de 1974.

³² MARKUN, Paulo. O senhor presidente. Imprensa. Janeiro de 1988.

³³ Ulysses Guimarães morreu em um acidente de helicóptero em 1992.

³⁴ Idem.

exige uma fidelidade partidária que pode se transformar numa injunção”³⁵. Para ele a liberdade em relação aos partidos é indispensável para a ação jornalística.

Barbosa Lima foi escritor. Produziu (até 1997) 80 títulos, entre livros, conferências e coletâneas de textos, além de 3600 artigos. Uma das obras, *Discurso Parlamentares*, homenageia seu tio, o General Barbosa Lima, de quem herdou o nome. Em 1953 e 1954, foi presidente da Academia Brasileira de Letras, onde votou contra a entrada do marechal Castello Branco. Também presidiu o Instituto do Açúcar e do Alcool, onde defendeu os interesses da lavoura açucareira, matéria-prima pra dois de seus livros.

Criou um time, o Corinthians Olindense, que não teve sucesso. Dirigiu o Náutico do Recife, antes da profissionalização do futebol e escreveu crônicas esportivas para o *Jornal Pequeno*, da imprensa alternativa de Recife, enquanto ainda estudava na Faculdade de Direito de Recife, onde se graduou. Nessa época, produziu algumas contribuições para o *Diário de Pernambuco* e para o *Jornal de Recife*.

Mas, apesar da vocação para o jornalismo, queria ser professor de Direito. Desistiu da idéia quando concorreu para a cátedra de Direito Constitucional, Internacional Público e Privado. No concurso, passou o filho de um juiz federal. Barbosa Lima resolveu, então, abandonar a advocacia, ir para o Rio de Janeiro e recorrer a Pereira Carneiro, dono do *Jornal do Brasil*.

Barbosa Lima usava sua própria história para defender a necessidade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão, discussão que até hoje se mantém viva. Para ele, antes dessa exigência, as vagas em jornais eram conseguidas, como demonstrava citando sua história, na “base do pistolão”.³⁶ Conseguiu um emprego no *JB*, recebendo o salário mais baixo da redação: 150 mil réis, mas depois de realizar reportagem com o cirurgião plástico David Serson, foi transferido para a cobertura de política, recebendo um aumento de 100 mil réis.

Em 1978, voltou à presidência da ABI, convencido por um abaixo assinado quilométrico. Foi nesse cargo que ele enfrentou o período Figueiredo e a campanha das diretas, funcionando como “catalisador do processo político interno”.³⁷

³⁵ CORREIO BRAZILIENSE. Barbosa Lima, aos 90 anos, recebe o prêmio da Funarj. Brasília, 1º de abril de 1987.

³⁶ MARKUN, Paulo. O senhor presidente. Imprensa. Janeiro de 1988.

³⁷ Idem.

No seu octogésimo aniversário, Barbosa Lima Sobrinho revelou ao jornal *Tribuna da Imprensa* a força da oposição dentro da ABI. Ele contou que houve denúncias contra jornalistas que partiram de dentro da Associação. José Talarico teve que comparecer ao Dops para prestar depoimento e acabou encontrando o jornal *Redação*, que combatia a ABI e era escrito por um conselheiro, Cunha Lima. Apesar disso o conselheiro continuou freqüentando a entidade, que se mostrou, mais uma vez, contra qualquer ato que ferisse a liberdade de imprensa e a integridade do jornalista.

Na comemoração de 90 anos de ABI, preocupado com sua emotividade exacerbada e com o infarto “cívico” que sofreu em 1965, por conta do período Castelo Branco, tomou um vasodilatador poderoso que fez com que sua pressão caísse subitamente, assustando centenas de jornalistas presentes na festa. Estava com 101 anos.

Contribuíram para o infarto, segundo ele, os IPMs (Inquérito Policial Militar) do governo militar. Quando os policiais pediram para ver sua coleção de livros, que chegou a 50 mil títulos, Barbosa Lima lhes disse: “se os senhores quiserem os livros marxistas, estão nessa estante. Os contra o marxismo estão naquela outra”³⁸.

Quando Barbosa Lima Sobrinho fez 90 anos recebeu o prêmio Governo do Estado, oferecido pela Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj). Em entrevista concedida ao *Correio Braziliense*, ele voltou a lembrar que a justiça militar não deve julgar crimes de imprensa, já que não é essa sua função e defendeu ainda a liberdade de expressão da imprensa alternativa. Ao completar 100, a editora Paz e Terra lançou uma antologia, de 397 páginas sobre sua vida intitulada *Cem anos de vida lutando pelo Brasil*. Em 1999, sua biografia foi tema do samba-enredo “Barbosa Lima, 102 anos do Sobrinho no Brasil”, da autoria de Bicudo, Djalma Falcão, Dito e Jota Erre, da escola de samba carioca União da Ilha.

Em entrevista ao *O Estado de S. Paulo*, Barbosa Lima disse que não esperava chegar aos cem anos e complementa “mas se fui agraciado com o centenário afirmo que os dias ou o tempo que ainda viver serão empregados todos na defesa do Brasil, sem desperdiçar um só momento”.³⁹

³⁸ MARKUN, Paulo. O senhor presidente. Imprensa. Janeiro de 1988.

³⁹ O ESTADO DE S. PAULO. Barbosa Lima ganha antologia pelos cem anos. Rio de Janeiro, oito de novembro de 1997.

Barbosa Lima teve ainda mais três anos. Em 16 de novembro de 2000, às 10h55 morreu na Casa de Saúde São José, por falência orgânica dos órgãos. Não realizou, portanto, o desejo de viver três séculos (19, 20 e 21), como gostaria.

Quando morreu, Barbosa Lima já havia deixado a presidência da Associação. Em maio de 1995, ele renunciou ao cargo, por causa de denúncias de irregularidades que envolviam Alfredo Marques Viana, diretor-financeiro da entidade. O diretor conseguiu junto ao ministro do Trabalho, Marcos Pimentel, prioridade para processos de aposentadorias de jornalistas cariocas encaminhadas pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) acredita que houve fraude no processo e que o Sindicato teria incluído nomes falsos de jornalistas na lista.

Também foram contestados os contratos assinados em julho de 1993, com a Telerj e com a Petrobrás, no valor de R\$270 mil, para o financiamento do projeto Memória da Imprensa, sobre jornais extintos. Em maio de 95, apenas um livro tinha sido publicado.

A Comissão Fiscal da entidade, pela primeira vez na história da instituição, aprovou “com ressalvas” as contas da ABI. Ela também não conseguiu localizar os contratos originais.

Barbosa Lima Sobrinho afirmou que “se os conselheiros acham que a diretoria da ABI está sendo desonesta, ou incompetente, não me resta outra alternativa a não ser sair”⁴⁰. Ao renunciar, Barbosa deixou os cargos administrativos e executivos, permanecendo apenas como presidente de honra, título recebido em abril de 1982.

Na presidência, Barbosa Lima participou da luta pela abertura política, eleições diretas, anistia, liberdade de imprensa e do pedido de impeachment do presidente da república Fernando Collor de Melo, em 1992. No final da década de 80, os 500 jornalistas da representação paulista da entidade votaram pela primeira vez em seu Estatuto. A representação existe desde 1977, mas as votações eram realizadas apenas no Rio de Janeiro.

Em 1984, o prédio da ABI tornou-se patrimônio histórico. Barbosa Lima acompanhou toda a reunião do conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - a que pertenciam a arqueóloga Maria Beltrão, o chanceler Afonso Arinos e o acadêmico Pedro Calmon - realizada dia 12 de janeiro de 1984, para o tombamento do edifício.

Construído 50 anos antes, sob a presidência de Hebert Moses, o prédio da Associação, localizado na Rua Araújo Porto Alegre no Centro do Rio, foi um dos primeiros a serem construídos com estilo moderno na área onde ficava o antigo do Morro do Castelo.

⁴⁰ O ESTADO DE S.PAULO. Barbosa Lima deixa a direção da ABI. 20 de maio de 1995.

O terreno foi doado pelo então prefeito Pedro Ernesto e contou com a ajuda de quatro mil contos de réis do ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, outros quatro mil contos de doações federais e oito mil de empréstimos.

O projeto é de autoria dos irmãos Marcelo, Milton e Maurício Roberto que venceram o concurso realizado em 1936 pelo qual receberam prêmio. As características inovadoras do prédio que marcam sua originalidade são dadas pelos quebra-sóis (brise-soleil), em vertical fixo e de concreto armado, que impedem a entrada excessiva do sol, pelos pilotis e o uso de formas geométricas. Seguem ainda a linguagem conceitual de Le Corbusie, no andar corrido, no terraço jardim, na planta livre. O quebra-sol do edifício foi um dos primeiros a serem projetados, transformando-se em referência para a arquitetura mundial.

No parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foram destacados não só os aspectos arquitetônicos da obra, mas também o valor histórico da ABI “relacionado com as lutas pela liberdade de expressão em nosso país”⁴¹.

Meses mais tarde, Barbosa Lima foi “um dos maiores oradores da campanha Diretas-já, que levou às ruas e praças de grande parte do país multidões que queriam escolher o sucessor do presidente João Figueiredo”.⁴²

Em 1987, defendeu na Constituinte emenda popular com 53.334 assinaturas a favor da manutenção do monopólio estatal do petróleo. “Pedi até que na nova Constituição fosse estabelecida ‘uma proibição expressa aos contratos de risco’. Lembrou, também, que ‘foi do maior movimento popular da história brasileira - *O petróleo é nosso* - que nasceu a Petrobras.”⁴³

3.2 Novos tempos

Com a renúncia de Barbosa Lima e sua saída em 2000, o substituiu no cargo Fernando Segismundo, que foi reeleito até 2004. Nesse ano, assumiu a presidência Maurício Azêdo, atual presidente da Associação, pela chapa Prudente de Moraes, opositora da chapa de Fernando Segismundo. Em 2007, foi reeleito para um mandato de três anos, depois de

⁴¹ O ESTADO DE S.PAULO. ABI, patrimônio tombado no Rio. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1984.

⁴² DINES, Alberto. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Acessado em 12 de nov. 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>

⁴³ Idem

unificar correntes internas e sugerir o nome de Segismundo para a presidência do Conselho Deliberativo.

Oscar Maurício de Lima Azêdo nasceu em Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Graduou-se na Faculdade de Direito do Catete. Como jornalista trabalhou em revistas (*Manchete, Fatos & Fotos, Pais & Filhos, Realidade, Placar* etc) e jornais da grande imprensa (*Jornal do Commercio, no Diário Carioca, Jornal do Brasil, Diário de Notícias, Jornal dos Sports, Última Hora, O Dia, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo*).

Colaborou com jornais que combatiam a ditadura militar como em *Opinião, Movimento, Hora do Povo* e jornais clandestinos como *Voz Operária*, do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, e *Folha da Semana*, que circulou entre setembro de 1965 e 13 de dezembro de 1966. Realizou alguns trabalhos na televisão e no rádio, com destaque para o programa *Expresso das sete e meia*, transmitido pela *TV Continental* (canal 9, no Rio) em 1966.

Maurício também exerceu atividades políticas e dedicou-se à literatura. Como escritor produziu as obras: *Os Enigmas de Nossa História; Almir Pernambuquinho*, uma biografia sobre o jogador de futebol Almir Albuquerque; os estudos *Estrutura do Mercado de Trabalho e Perfil Salarial dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro* e *A situação das Bibliotecas do Rio de Janeiro* e o *Manual de Redação do Jornal dos Sports*, em 1963, que traduzia para o português algumas expressões esportivas.

Sua vida política inclui três mandatos como vereador pelo Rio de Janeiro (de 1983-88, 1989-92 e de 1993-96), tendo sido presidente da Câmara entre 1983 e 1985; secretário municipal de Desenvolvimento Social (1986-87) e conselheiro do Tribunal de Contas do Município (1999-2004).

Criou mais de cem leis municipais, dentre elas a de criação da Distribuidora de Filmes S/A Rio Filmes. A ligação entre o cinema e Maurício Azêdo é forte. Na Associação Brasileira de Imprensa criadores do Cine Clube Macunaíma, que exibia filmes entre 1973 e 1985. Como diretor do cineclube, Azêdo participou da produção produziu os curta-metragem *É preciso botar peito*, de Rogério Lima, e *E aí a gente paramos*, de Julius Worcman, ambos sobre a primeira greve de motoristas e cobradores durante o período militar.

Na década de 70, Maurício Azêdo foi editor do *Boletim da ABI* (hoje *Jornal da ABI*). Na ocasião do assassinato de Vladimir Herzog, foram produzidas várias edições do *Boletim*. Em outubro de 1978, o jornal divulgou quatro páginas, tamanho standard, com a decisão do

juiz Márcio José de Souza que condenava a União pela morte do jornalista e indenizava a viúva Clarisse Herzog.

Na gestão de Prudente de Moraes Neto, Azêdo coordenou o grupo que produzia o Boletim - composto por Fichel Davit Chargel, Domingos Meirelles, Ronaldo Buarque de Holanda, Arthur Cantalice, Luiz Arthur Toríbio etc. – a reorganizar a Biblioteca Bastos Tigre, que tinha ficado fechada nos anos 60 para que o andar pudesse ser alugado.

3.3 Funcionamento da ABI

Hoje, a Associação Brasileira de Imprensa conta com cerca de 5000 membros, segundo informou a representação da ABI em São Paulo. Os associados estão divididos entre efetivos e colaboradores. Integram o primeiro grupo, profissionais com diploma de jornalismo que atuem em jornais, revistas, meios eletrônicos, assessorias de imprensa. Os sócios efetivos têm o direito de votar e de serem votados, desde que sejam afiliados há pelo menos 60 dias, tenham cumprido as normas do estatuto e sejam brasileiros (natos ou naturalizados).

Os sócios colaboradores são estudantes de jornalismo, profissionais não-graduados que de alguma forma colaboram para a profissão, proprietários de meios de comunicação sem diploma e jornalistas que vivem fora do país, mas estão em sintonia com as idéias e lutas da entidade.

Para se associar à ABI é necessário apresentar uma proposta de filiação, disponível no site da instituição, 3 fotos 3x4 e cópia do diploma, do registro profissional e das páginas 5 e 6 da carteira de trabalho, para se tornar membro efetivo ou declaração da faculdade, no caso de estudantes que desejam ser colaboradores ou ainda cópia de identidade e CPF, em outros casos. Os sócios contribuem com uma quantia de R\$ 20 por mês.

A ABI é administrada por cinco órgãos: Assembléia Geral, Conselhos Deliberativo, Consultivo e Fiscal e Diretoria. A Assembléia Geral reúne-se nos meses de abril, quando acontecem as eleições ou extraordinariamente, caso se faça necessário.

A atual diretoria é composta pelo presidente Maurício Azêdo, pelo vice-presidente, Audálio Dantas, também representante da ABI em São Paulo e pelos diretores: Estanislau Alves de Oliveira (administrativo), Domingos Meirelles (econômico-financeiro), Paulo Jerônimo de Souza- Pagê (assistência social), Jesus Chediak (cultura e lazer) e Benício

Medeiros (jornalismo)⁴⁴. Em Alagoas, a Associação também é representada por Oswaldo Augusto Leitão.

Além da diretoria, existe o Conselho Deliberativo, presidido por Pery Cotta e formado por dois secretários, 45 membros efetivos e seus suplentes. Um terço do Conselho é eleito pela Assembléia Geral a cada três anos. Já os Conselhos Consultivo e Fiscal são formados por apenas sete membros, também eleitos pela Assembléia.

Segundo o Estatuto, em vigor desde o dia 6 de janeiro de 2004, os membros do Conselho Deliberativo, que devem se reunir uma vez por mês, têm a missão de eleger membros para as Comissões, zelar pelo cumprimento do Estatuto, votar a proposta orçamentária da Diretoria entre outras atribuições. O Conselho Consultivo destina-se a auxiliar os demais órgãos e o Fiscal a apontar irregularidades, examinar os livros e documentos da Tesouraria, etc.

O Estatuto da ABI também estabelece o prêmio “ABI - Barbosa Lima Sobrinho de Direitos Humanos”, que deve ser entregue a personalidades que lutem pelos preceitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro de cada ano, em alusão à data de assinatura da Declaração.

Determina ainda os símbolos que representam a Associação: uma bandeira branca com a sigla ABI em azul e um hino da autoria de Murilo Araújo (letra) e Heitor Villa-Lobos (música).

O Departamento de Assistência Social da ABI presta assistência médica a seus associados. No sexto andar do prédio da sede, (Rua Araújo Porto Alegre, 71. Centro, Rio de Janeiro) está situado o Posto de Atendimento Dr. Paulo Roberto, onde os sócios podem ser atendidos gratuitamente por médicos das seguintes áreas: cardiologia, clínica geral, cirurgia geral, cirurgia plástica, dermatologia, geriatria, neurologia, odontologia, oftalmologia, ortopedia, pneumologia, proctologia e radiologia. Em alguns casos, porém, o paciente deve pagar pelo material utilizado.

Além do atendimento na sede, os associados recebem descontos, geralmente de 20 ou 30%, em cerca de 580 consultórios e convênios. Outro benefício para os associados é a Caixa de Auxílio, que realiza empréstimos. No entanto, devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela Associação atualmente, o valor do empréstimo foi reduzido para apenas R\$ 300.

⁴⁴ Dados do site da instituição. Disponível em www.abi.org Acessado em 12 de Nov 2008

A Biblioteca Bastos-Tigre, situada no 12º andar, funciona de segunda à sexta das 9 às 17 horas e dispõe de um acervo de 9 mil títulos, que podem ser consultados pelo público em geral. A Associação realiza a exibição de filmes todas as quintas, em parceria com o Cineclube da Casa da América Latina.

Eventualmente a ABI também realiza cursos que visam ao aprimoramento profissional dos estudantes de jornalismo e dos profissionais. Maria Cecília Barata Costa coordenou os cursos de Jornalismo Cultural, promovidos pela Associação Brasileira de Imprensa, em 2007. As atividades foram divulgadas através do jornal *O Globo* e de cartazes afixados nas principais universidades cariocas. Ela estima que 60 alunos tenham participado dos quatro cursos oferecidos: jornalismo investigativo, cultural, ambiental e de assessoria de imprensa.

Cecília Costa é ex-editora do caderno Prosa & Verso do Jornal *O Globo*, sócia da ABI e estudou os cem anos de história da entidade com a finalidade de produzir um livro comemorativo, mas o projeto não se realizou. O material obtido foi usado para a publicação de um artigo publicado na edição comemorativa do *Jornal da ABI*, sobre o centenário.

Cecília Costa revelou, em entrevista à autora deste trabalho⁴⁵, sua opinião sobre a atuação da ABI e os rumos que a Associação deve seguir: “A ABI tem o carisma do passado, ela é respeitada pelo passado. As pessoas respeitam o julgamento do presidente Maurício Azedo, por sua história, sobre acontecimentos nacionais. Ela tem credibilidade e ainda tem seu papel, mas está muito esvaziada”.

Desse passado ela cita as figuras de Prudente de Moraes Neto e Barbosa Lima Sobrinho. A respeito deles, ela diz que “tiveram coragem. A ABI era um lugar de refúgio” e que “as pessoas os amavam”.

Segundo ela, os eventos organizados pela Associação atraem poucas pessoas. Algumas sessões de filme, apresentadas todas as quintas, são canceladas porque apenas três ou quatro pessoas apareceram. Em comparação, os eventos promovidos pela Academia Brasileira de Letras, presidida por Cícero Sandroni, têm um quórum maior de participantes.

Para Cecília Costa, a ABI precisa atrair o jovem que não frequenta mais a Associação. Ela fez uma comparação com o presidente norte-americano Barack Obama, recém empossado: “Ele [Obama] soube se ‘antear’ no tempo dele. [...] Falta sangue novo à ABI. Ela deve caminhar para o futuro”. Ela deu como exemplo a biblioteca da Associação que

⁴⁵ Entrevista realizada no dia 6 de novembro de 2008.

ainda não foi informatizada. Na opinião dela, o site da ABI, desenvolvido por Joseti Marques, então diretora de jornalismo, já representou uma renovação significativa.

Cecília acredita que o centenário da instituição é uma boa oportunidade atrair a categoria. Quando questionada sobre o que motivaria um profissional a se filiar à instituição já que esta está de portas abertas a todos os jornalistas e, até mesmo, a todos que se sentirem privados de suas liberdades ou desrespeitados em termos de direitos humanos, Cecília respondeu que “quando a ABI se fortalece, conseqüentemente, ela fortalece os profissionais. A pergunta que deve ser feita pelo jornalista não é ‘o que ela vai fazer por mim?’ e sim ‘o que eu vou fazer pela ABI?’”.

Além dos problemas relativos à modernização da Casa do jornalista, Cecília lembrou que a Associação não possui assessoria de imprensa e que as divulgações dos eventos são feitas, muitas vezes, por funcionários que produzem o site ou por estagiários. Além disso, existem os problemas estruturais, ligados às dificuldades financeiras.

Até o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Associação era isenta de pagamento de contribuição patronal, graças a um decreto-lei aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado em 1917, pelo então Presidente Venceslau Brás, ainda em vigor. Com o cancelamento do registro pelo Conselho Nacional de Assistência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou a cobrar da instituição um valor retroativo de cinco anos que em 2006 já era superior a R\$3 milhões. Está em tramitação o Projeto de Lei do Senado nº 191/2006, de autoria do Senador José Sarney (PMDB-AP), que concede isenção fiscal e tributária à Academia Brasileira de Letras, à ABI e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e cancela débitos dessa natureza atribuídos às três instituições.

3.3 Cem anos de luta pelas vírgulas

As comemorações do centenário da ABI começaram oficialmente no dia 7 de abril de 2007, dia do 99º aniversário da Casa. Nessa data, a Associação anunciou reformas na biblioteca e divulgou declaração reafirmando seus princípios e compromissos:

Ao completar seus 99 anos de existência, transcorridos em 7 de abril corrente, a Associação Brasileira de Imprensa reafirma o seu compromisso com a defesa da liberdade de imprensa, dos direitos humanos e do interesse nacional, causas que norteiam a sua atuação desde a sua fundação em 7 de abril de 1908 por Gustavo de Lacerda e um grupo de idealistas por ele liderado.

A ABI considera necessário reafirmar que entende que o Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição de 5 de outubro de 1988 terá e manterá a sua plenitude na medida em que prevalecerem no País os direitos que integram a liberdade de imprensa: o direito de informação, o direito de acesso às fontes de informação, o direito de opinião. Esses bens imateriais não pertencem aos órgãos de

informação nem à comunidade jornalística, mas ao conjunto da sociedade, ao qual os meios de comunicação buscam servir.

É com especial motivação que a ABI, neste ensejo, declara iniciado o Ano Inaugural do Centenário, que a Casa celebrará com as galas devidas em 7 de abril de 2008, fixando desde já a divisa que ornará sua ação agora e sempre: imprensa livre, povo livre. A Diretoria.⁴⁶

A primeira celebração com as “devidas galas” aconteceu no Palácio Itamaraty, no dia 1 de abril de 2008, com concerto especial do conjunto Bruce & Villa’s Voz, do projeto Música no Museu realizado pela Casa França-Brasil. No dia 7 de abril, dia do aniversário, a ABI ganhou um selo comemorativo em função do seu centenário. O lançamento aconteceu na Sala Belisário de Souza, no dia 7 de abril, marcando o início das comemorações.

A iniciativa veio do senador Hélio Costa, ministro das Comunicações. Foram produzidos 600 mil selos, que mostram a imagem de Gustavo de Lacerda e outras quatro sedes, incluindo a atual, feitos a partir de técnicas de ilustração com tinta guache, fotografia e computação gráfica.

No mesmo dia, houve o “Show do Centenário” no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, onde se apresentaram Orquestra Petrobras Sinfônica, regida pelo maestro Isaac Karabtchevsky, e Paulinho da Viola. Na platéia, estavam o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral e alguns dos 180 membros da Comissão de Honra do Centenário, formada por jornalistas, políticos, acadêmicos, advogados e outros membros da sociedade civil. A Comissão, criada em julho de 2007 e presidida por Oscar Niemeyer - sócio desde 1953, quando editava a revista *Módulo* - representa o “reconhecimento à contribuição que esses setores prestaram para a consolidação e aperfeiçoamento da imprensa no País”⁴⁷.

Diversas vezes entidades homenagearam a ABI ao longo de 2008: Jockey Clube Brasileiro, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – com o lançamento do selo, o programa *Observatório da Imprensa*, da *TV Brasil*, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Senado Federal - que realizou sessão solene, por iniciativa do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), Ordem dos Advogados do Brasil/Seção do Estado do Rio de Janeiro, Assembléia

⁴⁶ Inaugurado o Ano do Centenário da ABI. 9 de abril de 2007. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008

⁴⁷ Criadas comissões do centenário da ABI. 19 de julho de 2007. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008

Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - que concedeu à ABI a Medalha Tiradentes, por proposta do deputado André do PV, Câmara Municipal do Rio de Janeiro – que premiou a ABI com o Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto, a pedido do vereador Stepan Nercessian (PPS), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Academia Paulista de Letras, Associação Catarinense de Imprensa, Academia Brasileira de Letras, entre tantas outras.

Cícero Sandroni, atual presidente da Associação Brasileira de Letras, enviou uma carta ao presidente da ABI Maurício Azedo sugerindo que a comemoração de cem anos da ABI deveria ser feriado nacional:

O século de vida da Associação Brasileira de Imprensa deveria ser comemorado como um feriado nacional, mas com uma diferença dos outros: ninguém deixaria de trabalhar. Por uma razão: os jornalistas sempre trabalharam todos os dias, mesmo nas datas nacionais ou religiosas. E trabalharam para informar ao mesmo tempo em que, pela opinião independente, pelas análises, comentários, sátiras, críticas, reportagens, caricaturas, ensaios, “sueños”, “várias”, manchetes e artigos de fundo, contribuíram para a formação do País.⁴⁸

A quantidade de homenagens prestadas é uma prova reconhecimento da sociedade pelo trabalho desenvolvido pela Associação ao longo do tempo. A campanha para a promoção do centenário da ABI, feita pelo Grupo Ypy, do publicitário Nizan Guanaes, em outubro de 2007, resume o ideal da Associação:

A vírgula pode ser uma pausa... ou não.
 Não, espere. Não espere.
 Ela pode sumir com seu dinheiro.
 23,4. 2,34.
 Pode ser autoritária.
 Aceito, obrigado. Aceito obrigado.
 Pode criar heróis.
 Isso só, ele resolve. Isso só ele resolve.
 E vilões.
 Esse, juiz, é corrupto. Esse juiz é corrupto.
 Ela pode ser a solução.
 Vamos perder, nada foi resolvido. Vamos perder nada, foi resolvido.

⁴⁸ Sandroni: Centenário devia ser feriado nacional. 31 de janeiro de 2008. Disponível no site www.abi.org
 Acessado em 12 de novembro de 2008

A vírgula muda uma opinião.

Não queremos saber. Não, queremos saber.

Uma vírgula muda tudo.

ABI: 100 anos lutando para que ninguém mude uma vírgula da sua informação.

Maurício Azedo dá continuidade à tarefa dos outros presidentes, prosseguindo com o ideal da instituição de lutar pela livre expressão e pensamento. O atual presidente recebeu neste ano de 2008, em nome da Casa dos Jornalistas, diversas homenagens, mas também enfrentou questões polêmicas sobre a integridade dos jornalistas, as tentativas de controle da imprensa, que a despeito do fim do regime militar, continuam surgindo, o que mostra a necessidade de uma entidade que defenda os jornalistas e estimule a reflexão a respeito do funcionamento da própria mídia.

A morte do jornalista Tim Lopes, quando Fernando Segismundo ainda presidia a ABI, a tortura sofrida por profissionais do jornal *O Dia*, a tentativa de criação do Conselho Federal de Jornalismo, a discussões sobre a revisão da Lei da Anistia, entre outros exemplos, que serão discutidos no próximo capítulo, são situações que demandam a atuação da entidade e demonstram a importância de sua permanência nos próximos cem anos.

4 ANOS 2000: ABI PRESENTE

“Bomba explode na porta de jornal”. “Polícia investiga morte de jornalista”. “Juiz impõe censura prévia a jornal paulista”. Essas não são manchetes da época da ditadura militar. Elas ilustram alguns acontecimentos da última década em que a atividade jornalística foi de alguma forma ameaçada. Nessas e em muitas outras situações, a sociedade civil e entidades representativas da profissão, entre elas a ABI, demonstraram seu descontentamento com atitudes cerceadoras da liberdade de expressão, protestaram, questionaram. Neste capítulo serão mostradas algumas situações que ganharam destaque na imprensa e que fizeram a própria mídia repensar sua atuação.

Os exemplos dados acima se referem a matérias publicadas no site da Associação Brasileira de Imprensa. Em janeiro de 2006, uma bomba de efeito moral explodiu na porta do *Mogi News*, jornal de Mogi das Cruzes no interior paulista. Para o editor-chefe do jornal, Márcio Siqueira, o episódio deve ter acontecido em função das críticas aos transportes coletivos e à indústria da multa feitas pelo *Mogi News*⁴⁹.

Em julho do mesmo ano, foi assassinado o jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, em Guapimirim, no interior do estado do Rio. Segundo matéria da ABI⁵⁰, a suspeita do crime recaiu sobre o vereador Osvaldo Vivas, que vinha sendo acusado de práticas irregulares pelo jornalista. O laudo apresentado indicava a causa da morte como “morte natural”, a despeito das lesões no corpo de Ajuricaba.

A última manchete diz respeito à decisão do juiz Sérgio Vicente Rodrigues, da 4ª Vara Cível de São José do Rio Preto, São Paulo, que proibiu o jornal *Bom Dia* de publicar “qualquer fato relativo aos autores de uma ação cautelar impetrada naquele juízo, bem como ‘qualquer fato alusivo à investigação criminal’ enquanto os demandantes forem apenas suspeitos”⁵¹, em agosto de 2006. A ABI aconselhou o jornal a recorrer da decisão, já que, segundo o artigo 220 da Constituição da República: “A manifestação do pensamento, a

⁴⁹ Bomba explode na porta de jornal em SP. 13 de janeiro de 2006. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008

⁵⁰ Assassinado Ajuricaba Monassa. 25 de julho de 2006. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008

⁵¹ Juiz impõe censura prévia a jornal paulista. 8 de agosto de 2006. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008

criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”⁵².

Esses exemplos mostram também a preocupação da ABI com os jornais de pequeno porte. Esses fatos, no entanto, não acontecem apenas na imprensa alternativa. Em 2006, o governador do Paraná Roberto Requião mobilizou o seu partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para promover campanha em outdoors com a frase “A *Gazeta do Povo* mente”, além de suspender a publicidade oficial no jornal. A *Gazeta do Povo* havia denunciado a poluição de praias paranaenses. A ABI enviou ofício ao governador em que considerou a atitude como uma restrição à liberdade de imprensa.

Em março deste ano, o *Jornal da Tarde* foi impedido de publicar reportagens sobre supostas irregularidades atribuídas ao Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) e investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A decisão foi tomada pelo juiz-substituto Ricardo Geraldo Rezende Silveira, da 10ª Vara Federal Cível de São Paulo. Na ocasião o presidente da ABI culpou o poder judiciário por decisões que prejudicam a liberdade de imprensa: “O grande inimigo da imprensa hoje é o Poder Judiciário, que, em decisões de juízes despreparados e com vocação totalitária, cerceia a liberdade de expressão e os direitos estabelecidos.”⁵³

Em junho de 2008, a Justiça Eleitoral multou o jornal *Folha de S. Paulo* e a revista *Veja São Paulo*, por apresentarem entrevistas com a pré-candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), e *O Estado de S. Paulo*, que entrevistou o atual prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, que na época disputava a reeleição. Marta Suplicy deveria pagar R\$ 42.564, enquanto a Folha e a Veja, receberiam multa de R\$ 21.282.

O Ministério Público Eleitoral se baseou no artigo 24 da Resolução 22.718 que determina que “os pré-candidatos poderão participar de entrevistas, debates e encontros antes de 6 de julho de 2008, desde que não exponham propostas de campanha”. No dia 26 de junho, no entanto, o Tribunal Superior Eleitoral suprimiu o artigo, liberando as entrevistas, desde que elas dêem tratamento igualitário aos candidatos no caso do rádio e da televisão. Enquanto essa decisão não foi tomada, a Associação Brasileira de Imprensa, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) criticaram duramente a decisão do juiz Francisco Carlos Shintake. Maurício Azêdo se disse triste “por ver juízes e

⁵² BRASIL. Constituição (1988). Capítulo V – Da Comunicação Social. Artigo 220.

⁵³ O ESTADO DE S. PAULO. JT e Estado recorrem de censura. 26 de junho de 2008. p. A9

promotores despreparados editando sentenças e despachos que representam um pesado agravo à Constituição”.⁵⁴

Outro caso semelhante aconteceu em novembro de 2005, envolvendo mais uma vez a *Folha de S. Paulo*. Por decisão do juiz Silvio Luis Ferreira da Rocha, da 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo, a Folha Online e a versão impressa do jornal foram proibidas de divulgar informações sobre a investigação do caso Kroll. Supostamente a empresa Kroll foi contratada pela Brasil Telecom para espionar a Telecom Italia, em 2004.⁵⁵

A Associação Brasileira de Imprensa têm atuado não só criticando decisões judiciais ou fazendo intervenções quando acha necessário. A ABI, a exemplo do que foi no passado, também é palco de eventos, onde se discute não só temas ligados à mídia, como também aos direitos humanos. Em agosto de 2005, por exemplo, a campanha Brasil sem Armas, foi lançada na ABI, pelo representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Jorge Werthein. Nessa época, o país se preparava para o referendo popular em que seria decidido se o Brasil deveria ou não permitir o comércio de armas de fogo e munição.

Ao longo da história, o auditório da ABI deu lugar a eventos co-patrocinados, como o I Seminário sobre Problemas do Rio de Janeiro ou organizados pela própria Associação como o Comitê Brasileiro Pró-Anistia em que participou o General Pery Constant Bevilacqua, ex-ministro do Superior Tribunal Militar. A ABI recebeu, durante esses 100 anos de existência, a visita de personalidades de diversas áreas: Iuri Gágárin, Robert Kennedy, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Harry Truman, Fidel Castro, Aldous Huxley, Che Guevara.

O trabalho da ABI na última década não se resume apenas às atribuições citadas. Um pouco dessa atuação pode ser percebida através dos tópicos abaixo, que além de mostrarem quais atitudes foram tomadas pela instituição, destacam fatos que marcaram a imprensa na atualidade.

4.1 Tim, nunca mais

⁵⁴ O ESTADO DE S. PAULO. Para jurista, multa a jornal e revista é ‘furor regulatório’. 19 de jun de 2008. P. a7

⁵⁵ Ministro da Justiça é contra a censura no caso Kroll. 11 de dezembro de 2005. Disponível em: www.folha.uol.com.br Acessado em 12 de novembro de 2008

No dia 2 de junho de 2002 o jornalista Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, o Tim Lopes, foi capturado por traficantes da Vila da Cruzeiro, no complexo das favelas do Alemão, na Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro. Ele foi levado para a Favela da Grota, onde as vítimas são colocadas em pneus e queimadas, no chamado “microondas”. A responsabilidade do crime foi atribuída a Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, chefe do tráfico na favela.

Tim Lopes trabalhava para a *Rede Globo de Televisão*. A emissora informou que o jornalista realizava reportagem sobre bailes funks promovidos por traficantes e freqüentados por cerca de 3.000 pessoas, em que, além da venda de drogas, haveria sexo explícito inclusive com menores. O assassinato foi amplamente divulgado pela imprensa, causando protestos populares e pedidos de paz e justiça.

A Associação Brasileira de Imprensa divulgou na ocasião uma nota em que exigia a investigação do caso e a prisão dos culpados:

Em reunião [...] de seu Conselho Administrativo e de sua Diretoria, a Associação Brasileira de Imprensa decidiu, por unanimidade, expressar publicamente ao governo do Estado do Rio de Janeiro e ao Ministério da Justiça a exigência de que o corpo do nosso desafortunado companheiro Tim Lopes seja localizado e entregue à sua família, para sepultamento digno.

A ABI formula por igual a exigência de que as investigações acerca desse bárbaro episódio não cessem enquanto os criminosos não sejam localizados, presos e entregues à Justiça, para a responsabilização criminal que se impõe. Entende também a Associação Brasileira de Imprensa que o elenco de providências que reclama deve alcançar igualmente a apuração de outros crimes desnudados pela ação policial provocada pelo sacrifício de Tim Lopes. Não é admissível que, sob o Estado Democrático de Direito, as autoridades do Estado não promovam a apuração de dezenas de crimes consumados no complexo da Vila Cruzeiro, como revelaram as incursões policiais realizadas naquela região. Reclama ainda a ABI das empresas jornalísticas, especialmente as de televisão, a adoção de garantias para proteger a integridade física e a vida de seus jornalistas, ora expostos a riscos como os que roubaram Tim Lopes ao convívio de sua família e de seus companheiros. Por fim, salienta a ABI que as providências ora exigidas não excluem a obrigação permanente do Poder Público, em todos os níveis da Federação, de adotar políticas econômicas e sociais que detenham e diminuam a proliferação de núcleos criminosos como os que sacrificaram Tim Lopes.⁵⁶

Em agosto do mesmo ano a ABI realizou por cinco dias o fórum “Tim Lopes nunca mais” para discutir a segurança dos jornalistas. Em entrevista para a *Folha de S. Paulo*, a coordenadora do evento Márcia de Almeida disse que “todo o conceito de segurança no trabalho tem que ser rediscutido. Não podemos continuar indo para reportagens investigativas como quem vai ao cinema”⁵⁷. Um ano depois da morte de Tim Lopes, a Associação realizou

⁵⁶ Veja a íntegra da nota emitida pela ABI sobre a morte de Tim Lopes. 17 de junho de 2002. Disponível em www.folha.uol.com.br Acessado em 12 de novembro de 2008.

⁵⁷ ABI promove fórum no Rio para discutir segurança de jornalistas. 2 de agosto de 2002. Disponível em www.folha.uol.com.br Acessado em 12 de novembro de 2008.

um ato ecumênico com representantes católicos, metodistas, luteranos e candomblecistas, em homenagem ao jornalista.

4.2 Tortura

No dia 14 de maio de 2008, portanto seis anos após o assassinato de Tim Lopes, uma equipe de profissionais do jornal *O Dia* foi seqüestrada e torturada por milicianos da Favela do Batan em Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro. Sobre o episódio, Maurício Azêdo declarou: “Não mudaram as condições que conduziram à imolação de Tim. É milagre a equipe ter sobrevivido”⁵⁸.

A redação do jornal *O Dia* e a organização não-governamental Repórteres Sem Fronteira informaram que um fotógrafo e um motorista foram presos quando se dirigiam a uma suposta festa. A jornalista foi capturada na casa onde morava na favela sob a acusação de “falsidade ideológica”. (Os três viviam havia duas semanas numa casa alugada na região, colhendo informações para uma série de reportagens, e foram denunciados à milícia que controla o local). A equipe foi mantida em cativeiro por sete horas, sob a vigilância de vinte milicianos e torturados através de sufocamento com sacos plásticos, choques elétricos, roleta russa, mutilações. O caso foi divulgado apenas no dia 31 de maio.

Para o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro qualificou o episódio como “um dos mais graves atentados à liberdade de informação no país desde o fim da ditadura”⁵⁹. Para o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Cezar Brito “o empenho em impedir o trabalho da imprensa mostra temor de que a sociedade conheça métodos e propósitos das milícias, toleradas pelo poder público sob o argumento de que prestariam assistência.”⁶⁰

4.3 Ações da fé

No dia 15 de dezembro de 2007 a jornalista Elvira Lobato publicou a matéria: “Universal chega aos 30 anos com um império empresarial” no jornal *Folha de S. Paulo*. A partir de então a *Folha* recebeu 63 processos de fiéis e pastores em todo o Brasil. O uso de

⁵⁸ O ESTADO DE S. PAULO. Autoridades e sociedade civil repudiam ato violento. 2 de junho de 2008. P. c3.

⁵⁹ ONG Repórteres Sem Fronteiras cobra resposta do governo à tortura a jornalistas. Disponível em luishipolito.wordpress.com Acessado em 12 de novembro de 2008

⁶⁰ O ESTADO DE S. PAULO. Autoridades e sociedade civil repudiam ato violento. 2 de junho de 2008. P. c3.

repetidas ações contra o jornal e a repórter foi encarado como um ataque à liberdade de imprensa. Eles também ajuizaram ações contra os jornais *A Tarde*, da Bahia, *Extra* e *O Globo*, do Rio de Janeiro.

Suspeita-se que as ações tenham sido comandadas pela Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), dadas as semelhanças dos textos das petições e dos argumentos apresentados. Alguns magistrados perceberam as “coincidências” e condenaram a Igreja por litigância de má-fé.

A Rede Record, que pertence ao bispo Edir Macedo, exibiu reportagem de 14 minutos sobre as ações, no programa “Domingo Espetacular”, acusando os jornais de terem preconceitos religiosos. A Associação Brasileira de Imprensa divulgou, no dia 18 de fevereiro deste ano, nota repudiando a estratégia da Iurd e anunciando as atitudes tomadas:

Como a mais antiga associação de imprensa do país [...] a Associação Brasileira de Imprensa acompanha com extremada preocupação o conjunto de ações judiciais ajuizadas contra os jornais *Folha de S. Paulo* e *A Tarde*, de Salvador e contra a jornalista Elvira Lobato, repórter da *Folha*, por pastores e fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, que desencadearam contra esses órgãos e contra essa jornalista uma campanha de intimidação e coerção sem precedentes na história da comunicação no Brasil.

Ao longo de sua existência, o país conheceu a fúria repressiva do poder do Estado contra a liberdade de imprensa, como se deu sob o Estado Novo e sob a ditadura militar que nos infelicitou entre 1964 e 1985, mas jamais assistira a uma investida partida da própria sociedade civil contra a liberdade de informação [...]

Numa evidência de que há um cérebro e um comando a centralizar a instauração dessas ações judiciais, seus autores estão espalhados por quase 20 Estados da Federação, no caso da *Folha de S. Paulo*, e ajuizaram esses feitos em municípios longínquos, numa clara demonstração de que a ação assim coordenada tem por objetivo dificultar a defesa da parte adversa. Há a nítida intenção de dificultar o direito de ampla defesa e do contraditório assegurado pela Constituição, em face da disposição da lei processual de que o alegado na inicial será tido como procedente se não houver contestação, ainda que se ressalve, nesta hipótese, a formulação de convicção própria pelo juiz. [...]

A ABI dirige-se aos magistrados responsáveis pelo julgamento dessas ações para alertá-los acerca dos danos que o deferimento do pleiteado pode causar à democracia no país, objeto de um processo de construção ainda não encerrado e que deixou ao longo da recente História do Brasil não poucas vítimas e não poucos mártires.

Apela também a ABI aos cidadãos comuns e às instituições representativas dos diferentes segmentos da sociedade para que manifestem a esses magistrados a sua preocupação com a decisão que deverão tomar em cada causa, que não afeta apenas a *Folha de S. Paulo*, *A Tarde* e a jornalista Elvira Lobato, mas principalmente a integridade da democracia no país. Com esse fim a ABI divulgará proximamente em seu site (www.abi.org.br) os nomes desses juízes e os endereços desses juizados, para viabilizar a manifestação dos cidadãos ofendidos por essa ação antidemocrática. Por fim apela a ABI à Anistia Internacional para que desencadeie um movimento mundial de solidariedade com os jornais e a jornalista ora ameaçados⁶¹.

⁶¹ O ESTADO DE S. PAULO. Raízes da intimidação. 13 de março de 2008. P. A2.

Em resposta à nota, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou que “quem fala o que quer, ouve o que não quer”⁶². A opinião de Lula foi noticiada com destaque no jornal “Folha Universal”, ligado à Igreja. Para o jornal, que diz ter uma tiragem de 2 milhões de exemplares (apesar de não estar incluído nas contagens do Instituto Verificador de Circulação), a “imprensa tenta intimidar evangélicos”⁶³.

Até fevereiro de 2008, a *Folha de S. Paulo* havia perdido duas das nove ações julgadas.

4.4 Imprensa sem lei

No dia 27 de março deste ano, o Supremo Tribunal Federal referendou liminar do ministro Carlos Ayres Britto que havia suspenso 20 artigos dos 77 que compõem a Lei de Imprensa (5.250/67). Dessa forma os juízes podem recorrer a regras do Código Penal e Civil, para julgar processos sobre os artigos que se tornaram ineficazes. Nos casos de direito de respostas, deve ser levada em conta a Constituição Federal. Caso não haja correspondência possível com as leis ordinárias, o processo deverá ser paralisado e seu prazo de prescrição, suspenso.

O plenário do Supremo decidiu que o mérito da ação do PDT será julgado em até seis meses.

Os ministros Cármen Lúcia Antunes Rocha, Ellen Gracie, Ricardo Lewandowski, Cezar Peluso e Gilmar Mendes votaram pela suspensão de parte da Lei. Carlos Alberto Menezes Direito, Eros Grau e Celso de Mello votaram pela suspensão de toda a Lei de Imprensa.

4.5 Conselho de classe

No dia 10 de agosto de 2004, um projeto da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) acendeu o debate sobre os limites da profissão e dividiu profissionais e entidades que defendem os jornalistas. Dois diretores da Fenaj propuseram, no Congresso Nacional, a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), com o objetivo de “conferir registro profissional, fiscalizar o exercício ético da profissão e acompanhar a formação do futuro

⁶² Jornal da Igreja Universal destaca frase de Lula sobre imprensa. 27 de fevereiro de 2008. Disponível em www.folha.uol.com.br. Acessado em 12 de novembro de 2008.

⁶³ Idem.

profissional”⁶⁴. Para a Fenaj, o Ministério do Trabalho não fiscaliza o exercício jornalístico de maneira satisfatória.

A Associação Brasileira de Imprensa considerou a proposta de “inconstitucional e perigosa”⁶⁵ uma vez que o texto do projeto não está claro. A Associação Nacional dos Jornais (ANJ) também se mostrou contrária ao CFJ. O então presidente da Fenaj, Sérgio Murillo de Andrade se mostrou a favor da revisão do texto do projeto caso este possibilite a interpretação de que o Conselho poderá interferir no conteúdo dos meios de comunicação.

4.6 A formação dos formadores

Em julho de 2008, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, anunciou que o recurso extraordinário 511.961 do Ministério Público Federal (MPF), sobre a legalidade do diploma universitário para exercer a profissão de jornalismo, seria julgado no segundo semestre deste ano. As discussões giram em torno do artigo 4º do decreto-lei 972/69, que torna indispensável a apresentação de diploma para a obtenção do registro profissional no Ministério do Trabalho.

A ABI, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, entre outras instituições e empresas jornalísticas são contra essa decisão. A Associação Brasileira de Imprensa aderiu, no dia 21 de julho deste ano, ao manifesto “Em defesa do Jornalismo, da Sociedade e da Democracia no Brasil”, elaborado pela Fenaj.

Quem é a favor da manutenção da obrigatoriedade do diploma acredita que a profissão é especializada e requer formação universitária. Defende também que a necessidade do curso superior não fere o direito a liberdade de expressão assegurado pela Constituição. Para o diretor do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Antônio Carlos Queiroz, os que defendem que exigir o diploma é restringir a liberdade de expressão confundem opinião com

⁶⁴ Projeto do Conselho Federal de Jornalismo vai ao Congresso, diz Berzoini. 21 de agosto de 2004. Disponível em: www.folha.uol.com.br Acessado em 12 de novembro de 2008.

⁶⁵ Fenaj apóia conselho de jornalismo; ABI veta. 7 de agosto de 2004. Disponível em: www.folha.uol.com.br Acessado em 12 de novembro de 2008.

jornalismo. “A opinião pode ter no jornalismo, mas ela é dada pelos fatos, após uma apuração específica. Isso não pode ser confundido com emissão de opinião do cidadão”⁶⁶.

Outras preocupações são a desregulamentação da profissão e a qualidade de ensino dos chamados formadores de opinião. Edson Spenthof, coordenador do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo e organizador da “Carta Aberta ao STF”, avalia que a quebra “da exigência do diploma vai significar transferir das universidades para as empresas a prerrogativa de dizer quem vai ser jornalista, como vai ser o jornalismo e como devem atuar esses profissionais”⁶⁷. Antônio Queiroz concorda com essa opinião: “Deixar a formação nas mãos do mercado é muito perigoso. Os jornais e veículos de comunicação formarão profissionais com uma visão estreita de empresa”⁶⁸.

Os ministros Eros Grau e Ricardo Lewandowski estão do outro lado. Eles já manifestaram suas opiniões a favor da derrubada do diploma, alegando que o jornalismo não depende de uma formação específica. Outro motivo que os defensores dessa corrente apresentam é que o diploma não é condição obrigatória em países como Alemanha, Austrália, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Irlanda, Itália, Japão e Suíça. A má qualidade dos cursos de jornalismo disponíveis hoje também é frequentemente lembrada.

A discussão sobre a obrigatoriedade do diploma tem um longo histórico. No final de 2002, em decorrência de uma ação civil pública proposta pelo MPF e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo, a juíza Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, derrubou a necessidade do diploma. Ela concluiu que “a formação cultural sólida e diversificada”, exigida para o profissional de jornalismo, “não se adquire apenas com a frequência a uma faculdade, mas pelo hábito de leitura e pelo próprio exercício da prática profissional”.

Oito meses mais tarde, uma nova decisão – dessa vez da juíza Alda Bastos, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – determinou a volta da obrigatoriedade do diploma. Para a juíza, o Decreto 972 não era inconstitucional. A decisão foi contestada diversas vezes até 2005, quando o TRF ratificou a sentença de Alda. No ano seguinte, o MPF se dirigiu ao Supremo, com recurso extraordinário 511.961, que está para ser julgado em plenário. Enquanto isso, tramita na Câmara o Projeto de Lei 3981/08, do deputado Celso Russomanno

⁶⁶ CAMARGO, Renata. STF pode derrubar diploma para jornalista. 21 de outubro de 2008. Disponível em: <http://congressoemfoco.ig.com.br> Acessada em 27 de novembro de 2008.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem

(PP-SP), que propõe que pessoas sem diploma em jornalismo possam exercer a profissão, desde que tenham pós-graduação na área. O projeto também prevê a criação de conselhos federal e regionais de jornalismo e o aumento da jornada de trabalho dos jornalistas de cinco horas (mais duas extras) para oito.

CONCLUSÃO

Ao longo desses três capítulos procurei mostrar a história da Associação Brasileira de Imprensa ao longo dos primeiros cem anos de sua fundação, completados neste ano de 2008. Ao contá-la conto também um pouco dos acontecimentos que marcaram o país ao longo do tempo.

O trabalho está dividido em três capítulos que mostram três fases distintas da Associação. No começo, quando foi fundada por Gustavo Lacerda na companhia de outros oito jornalistas, a ABI ainda não tinha o reconhecimento da classe. Alguns profissionais eram proibidos de participar da sociedade que defendia, a princípio, os direitos básicos do profissional (traduzidos em melhores salários, assistência médica etc.) e queria ser um lugar de encontro dos jornalistas. A fase inicial da Associação e, portanto, deste trabalho, diz respeito aos primeiros passos da ABI e da luta por sua própria permanência.

Com a chegada de Hebert Moses à presidência da Casa, a Associação passa a ter uma sede própria. Ao estudar essa parte da história, percebe-se a proximidade entre a ABI e a política e a postura da Casa de não romper as boas relações com o governo, que apesar de ajudar financeiramente a instituição, muitas vezes censurou e tolheu os direitos dos jornalistas, indo de encontro ao ideal da ABI. Dessa forma, a Associação buscou não apenas colher benefícios para a construção do moderno edifício da Rua Araújo Porto Alegre, mas também negociar com o governo as condições em que eram mantidos os presos políticos.

Essa proximidade com o poder, não ocorreu somente no governo de Vargas, mas em outros momentos delicados para os jornalistas, como na ditadura de 64. A ABI recebeu em um criticado almoço, o presidente Costa e Silva. A relação próxima, no entanto, possibilitou a ABI a participar da abertura política e entregar ao senador Petrônio Portela um documento em que reivindica liberdades para os jornalistas e a sociedade em geral. O objetivo deste trabalho não é o julgamento desse tipo de ação, mas sim a demonstração de fatos importantes e suas possíveis consequências.

O segundo capítulo deste trabalho avança na narrativa da história, destacando um personagem importante para a Casa, Barbosa Lima Sobrinho, que dedicou a ela mais de vinte dos seus 103 anos de vida. Este capítulo vai desde o centenário Barbosa Lima até a comemoração dos 100 anos da Associação, contando brevemente, em um de seus tópicos, o funcionamento da sede.

Nesta parte do trabalho também é questionada a visibilidade que a Associação tem hoje. Se por um lado a ABI recebe homenagens diversas ao longo do ano e por todo o país

pelo trabalho realizado durante sua existência, por outro permanece o desconhecimento de suas ações por parte dos novos jornalistas, conforme apontado na pesquisa relatada na introdução e na fala de Cecília Costa, coordenadora dos cursos. Dessa forma fica a dúvida a respeito da funcionalidade da Casa por parte dos jornalistas, que embora não se associe a casa, reconhece sua importância histórica e o fundamental papel de uma entidade que lute pela liberdade de imprensa.

No terceiro capítulo são exemplificadas dificuldades que os jornalistas encontram para exercer seu ofício e a livre expressão de seu pensamento, apesar de estarmos vivendo numa sociedade democrática. Se no passado, a liberdade era limitada por governos autoritários entre outros motivos políticos, atualmente ela encontra barreiras em condições judiciais controversas ou em problemas muitas vezes negligenciados pelos poderes públicos, como a violência.

Os casos da tortura da equipe do jornal *O Dia* e a morte do jornalista Tim Lopes, foram provocadas por indivíduos que exercem não o poder público, mas um tipo de autoridade paralela, que, muitas vezes, não consegue ser freada pelas forças oficiais responsáveis pela segurança. Dessa forma a ameaça à profissão, não está num poder legitimado. No entanto, uma vez que esse risco existe, a própria imprensa passa a se questionar até onde deve ir para não arriscar a vida de seus profissionais.

Outros exemplos presentes nesse capítulo se referem a constantes debates a respeito de questões legais. Além das exaustivas discussões sobre a Lei de Imprensa, surgem outras a partir da criação de órgãos que visam o controle da mídia, ou em decorrência dos processos que se utilizam da Lei em benefício próprio, contrariando a liberdade de expressão e suscitando intermináveis interpretações, como foi o caso das ações da Igreja Universal do Reino de Deus contra a *Folha de S. Paulo*.

Observou-se ao longo do trabalho que, apesar de a Associação continuar reivindicando o ideal de liberdade de imprensa, a integridade dos jornalistas e a defesa dos direitos humanos, parte de suas ações resumem-se a expressão dessa opinião através de notas ao governo, aos prováveis culpados ou a sociedade - embora algumas delas recebam atenção diferenciada, com a realização de congressos ou a representação de membros da casa nas câmaras municipais e no Congresso. É possível que esta conclusão se justifique se é considerado o fato de que a Associação Brasileira de Imprensa visa a promover idéias relativas à liberdade de imprensa e de que é uma entidade independente dos órgãos públicos.

O último capítulo também se justifica porque mostra ao leitor a importância da preservação e continuação da entidade, já que os problemas em relação à livre expressão não acabaram com o fim da ditadura militar e ainda permanecem na sociedade democrática em que nos encontramos. Os exemplos citados mostram também a participação da Associação Brasileira de Imprensa na última década.

Vale lembrar que o debate atual gira em torno, não só dos cerceamentos à imprensa, mas aos limites que ela mesma deve se impor, para que sua liberdade não se afaste da responsabilidade do seu papel e do respeito às vidas retratadas. Em outubro de 2008, o seqüestro seguido de morte de Eloá Pimentel, de 15 anos, por seu ex-namorado Lindemberg Fernandes, foi acompanhado de perto por muitas emissoras de televisão. Uma delas chegou, em dado momento, a entrevistar ao vivo o seqüestrador, a despeito dos já conhecidos efeitos psicológicos que a fama pode gerar, somados à possibilidade do criminoso poder acompanhar o que a sociedade está falando a seu respeito ou como a polícia está agindo no momento do crime.

Sempre que possível é preciso promover debates em torno da liberdade, não só do direito a ela, defendido pela Associação Brasileira de Imprensa, mas também aos seus limites, que em alguns casos representam a liberdade primordial e constitucional, que é o direito à vida. Que nos próximos cem anos da ABI, possam ser discutidos abertamente o significado dessa palavra “que o sonho humano alimenta, que não quem explique e ninguém que não entenda”⁶⁹ e que todas as vírgulas permaneçam.

⁶⁹ MEIRELES, Cecília. *O Romanciero da Inconfidência*, 1935.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Inaugurado o Ano do Centenário da ABI**. 9 de abril de 2007. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Criadas comissões do centenário da ABI**. 19 de julho de 2007. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Sandroni: Centenário devia ser feriado nacional**. 31 de janeiro de 2008. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Bomba explode na porta de jornal em SP**. 13 de janeiro de 2006. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Assassinado Ajuricaba Monassa**. 25 de julho de 2006. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Juiz impõe censura prévia a jornal paulista**. 8 de agosto de 2006. Disponível no site www.abi.org Acessado em 12 de novembro de 2008.

ABRANCHES, Dunshee. **A Fundação Gustavo de Lacerda: reminiscências dos primeiros dias da Associação Brasileira de Imprensa**. Rio de Janeiro: Rodrigues & Cia, 1938.

ALVIM, Maria Tereza Cesário. **O Golpe de 64: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

BARREIROS, Regina. **Manobras surpreendem presidente da ABI**. O Estado de S. Paulo. 28 de dezembro de 1992.

BRASIL. Constituição (1988). Capítulo V – Da Comunicação Social. Artigo 220.

CAMARGO, Renata. **STF pode derrubar diploma para jornalista**. 21 de outubro de 2008. Disponível em: <http://congressoemfoco.ig.com.br> Acessada em 27 de novembro de 2008.

CUNHA, L.C., TEIXEIRA, A. **Barbosa Lima apresentará o ‘impeachment’**. Jornal do Brasil. Brasília. 21 de agosto de 1992.

DINES, Alberto. **Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho**. Acessado em 12 de nov. 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>

CORREIO BRAZILIENSE. **Barbosa Lima, aos 90 anos, recebe o prêmio da Funarj**. Brasília. 1º de abril de 1987.

FOLHA ONLINE. **Ministro da Justiça é contra a censura no caso Kroll**. 11 de dezembro de 2005. Disponível em: www.folha.uol.com.br Acessado em 12 de novembro de 2008

FOLHA ONLINE. **Veja a íntegra da nota emitida pela ABI sobre a morte de Tim Lopes**. 17 de junho de 2002. Disponível em www.folha.uol.com.br Acessado em 12 de novembro de 2008.

FOLHA ONLINE. **Projeto do Conselho Federal de Jornalismo vai ao Congresso**, diz Berzoini. 21 de agosto de 2004. Disponível em: www.folha.uol.com.br Acessado em 12 de novembro de 2008.

FOLHA ONLINE. **Fenaj apóia conselho de jornalismo; ABI veta**. 7 de agosto de 2004. Disponível em: www.folha.uol.com.br Acessado em 12 de novembro de 2008.

FOLHA ONLINE. **ABI promove fórum no Rio para discutir segurança de jornalistas**. 2 de agosto de 2002. Disponível em www.folha.uol.com.br Acessado em 12 de novembro de 2008.

FORMENTI, L., VIEIRA, M. **Autoridades e sociedade civil repudiam ato violento**. 2 de junho de 2008. P. c3.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOMERO, Vilma. **Oitenta anos pela liberdade**. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1988.

JANSEN, Roberta. **Barbosa Lima ganha antologia pelos cem anos**. O Estado de S. Paulo. Rio de Janeiro. 8 de novembro de 1997.

JORNAL DA TARDE. **Imprensa. Pede-se uma nova lei**. São Paulo, 12 de junho de 1983.

JORNAL DA TARDE. **Elmano Cruz explica por que renunciou à presidência da ABI**. São Paulo. 12 de agosto de 1975.

JORNAL DA TARDE. **A resposta do escritor a Portela**. São Paulo. 13 de março de 1975.

JORNAL DA TARDE. **Bomba na ABI**. São Paulo. 20 de agosto de 1976.

JORNAL DO BRASIL. **ABI já é memória**. 18 de janeiro de 1984.

JORNAL DO BRASIL. **O guerreiro vai descansar**. 26 de março de 1998. Cidades. P. 24

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964-1977)**. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MANZANO FILHO, GABRIEL. **JT e Estado recorrem de censura**. O Estado de S. Paulo. 26 de junho de 2008. p. A9

MANZANO FILHO, GABRIEL. **Para jurista, multa a jornal e revista é ‘furor regulatório’**. O Estado de S. Paulo. 19 de junho de 2008. P. a7

MARKUN, Paulo. **O senhor presidente. Imprensa**. Janeiro de 1988. p. 32.

MEIRELES, Cecília. **O Romanceiro da Inconfidência**, 1935.

MOREL, Edmar. **A trincheira da liberdade: história da ABI**, 1985.

MOREIRA, Liana. **Lei de Segurança e democracia são incompatíveis**. Tribuna da Imprensa. 19 de maio de 1980.

O ESTADO DE S. PAULO. **Barbosa Lima Sobrinho deixa a direção da ABI**. São Paulo. 20 de maio de 1995.

O ESTADO DE S. PAULO. **ABI quer Justiça comum para crimes de imprensa**. Rio de Janeiro. 14 de novembro de 1978.

O ESTADO DE S. PAULO. **Escritor defende a imprensa livre**. Recife. 21 de maio de 1975.

O ESTADO DE S. PAULO. **Campanha acaba e Barbosa Lima deixa a política**. Rio de Janeiro. 12 de janeiro de 1974.

O ESTADO DE S. PAULO. **Barbosa Lima não vê motivos para retirar candidatos**. 25 de setembro de 1973.

O ESTADO DE S. PAULO. **ABI teme mudança na Lei de Imprensa**. Rio de Janeiro. 20 de outubro de 1978.

O ESTADO DE S. PAULO. **ABI discute os “perigos” da liberdade**. Rio de Janeiro. 15 de maio de 1980.

O ESTADO DE S. PAULO. **Lei de imprensa, 15 anos com falhas**. 14 de março de 1982.

O ESTADO DE S. PAULO. **As sugestões à nova imprensa**. Utilidades e Serviços. São Paulo. 28 de agosto de 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. **Terroristas explodem bomba na sede da ABI**. São Paulo. 20 de agosto de 1976.

O ESTADO DE S. PAULO. **Barbosa Lima defende a imprensa livre**. Brasília. 23 de setembro de 1973.

O ESTADO DE S. PAULO. **ABI, patrimônio tombado no Rio**. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1984.

O ESTADO DE S. PAULO. **Aprovadas as contas da ABI**. 30 de abril de 1982.

O ESTADO DE S. PAULO. **Paulistas podem votar nas eleições da ABI**. 11 de março de 198?

O ESTADO DE S. PAULO. **Raízes da intimidação**. 13 de março de 2008. P. A2.

O ESTADO DE S. PAULO. **Autoridades e sociedade civil repudiam ato violento**. 2 de junho de 2008. P. c3.

O PRELO. ABI: **Um século de luta pela liberdade de expressão**. Revista de Cultura da Imprensa Oficial do Rio de Janeiro. Março/abril/maio de 2008. P.16

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Velhos jornalistas: memória, velhice e identidade profissional. In: FREIRE FILHO, João e VAZ, Paulo (orgs.). **Construções do tempo e do outro: representações e discursos midiáticos sobre a alteridade**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006.

SEGISMUNDO, Fernando. **ABI 80 anos**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1988.

SÁ, Victor de. **Um Repórter na ABI**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1955.

SMITH, Anne-Marie. **Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Trad: Waldívia M. Coutinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições do Brasil, 1977.

THE BLOGGER. **Ong Repórteres Sem Fronteiras cobra resposta do governo à tortura a jornalistas**. Disponível em luishipolito.wordpress.com Acessado em 12 de novembro de 2008

VEJA. **Renovação na ABI**. 15 de maio de 1974. p. 22.